ULISSES AUGUSTO PASCOLATI JUNIOR

**OS ATUAIS CRIMES DE POSSE E SUA LEGITIMIDADE: O EXEMPLO DO
ART. 41-B DO ESTATUTO DO TORCEDOR**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. Alamiro Velludo Salvador Netto

Co-orientadora: Professora Agregada Nuria Pastor Muñoz

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

ULISSES AUGUSTO PASCOLATI JUNIOR

**OS ATUAIS CRIMES DE POSSE E SUA LEGITIMIDADE: O EXEMPLO DO
ART. 41-B DO ESTATUTO DO TORCEDOR**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, junto ao Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob orientação do Professor Titular Dr. Alamiro Velludo Salvador Netto e da Professora Agregada Nuria Pastor Muñoz.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

Pascolati Junior, Ulisses Augusto

Os atuais crimes de posse e sua legitimidade: o exemplo do art. 41-B do Estatuto do Torcedor/ Ulisses Augusto Pascolati Junior

– São Paulo, 2019.

376 f.

Orientador: Alamiro Velludo Salvador Netto

Co-orientadora: Nuria Pastor Muñoz

Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2019.

1. Direito Penal. 2. Criminologia. 3. Dogmática Penal. 4. Delitos de Posse. I. Salvador Netto, Alamiro Velludo, orient. II. Título.

Nome: PASCOLATI JUNIOR, Ulisses Augusto

Título: Os atuais crimes de posse e sua legitimidade: o exemplo do art. 41-B do Estatuto do Torcedor

Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Resumo

A presente tese de doutoramento possui como finalidade restringir o alcance do tipo penal previsto no art. 41-B, parágrafo 1º, inc. II do Estatuto do Torcedor. Esta atividade interpretativo-teleológica de redução típica será levada a efeito com a articulação de conhecimentos dogmáticos dos injustos de posse, auxiliada pela criminologia na busca da compreensão das subculturas delinquentes, bem como da análise empírica de dados e da análise do ambiente de risco representado pelo futebol. Não obstante o viés preventivo do tipo penal, o qual atende a uma política criminal global de segurança nos eventos esportivos, o objetivo é, considerando o injusto de posse como autonomamente legítimo, criar critérios materiais que permitam a imposição de pena a determinados comportamentos praticados por torcedores. Em outras palavras, o tipo penal somente adquire um conteúdo material legítimo quando verificados seus elementos (sujeito + objeto) em um determinado contexto específico, uma vez que estes elementos, desconectados do ambiente esportivo e compreendidos isoladamente, não possuem periculosidade suficiente a ensejar a incidência da lei penal.

Palavras-chave: Direito penal, criminologia, dogmática penal, delitos de posse, Estatuto do Torcedor, futebol, subcultura delinquente, injusto material, legitimidade

Ulisses Augusto Pascolati Junior. Os atuais crimes de posse e sua legitimidade: o exemplo do art. 41-B do Estatuto do Torcedor. 2019. 376 folhas. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Abstract

The main objective of the present thesis is to narrow the scope of the criminal type established by the Spectators Statute's article 41-B, paragraph 1, subsection II. I will conduct this interpretative-teleological activity of restricting the criminal type by articulating (i) knowledges that stem from the possession crimes' legal dogmatics, (ii) the criminology knowledges that help understand the dynamics of delinquent subcultures, and also with help from (iii) empirical data analysis and from (iv) the analysis of the risk environment surrounding soccer and football matches. Although the criminal type adopts a preventive perspective, according to a global criminal security politics at sports events, my objective is to create material criteria that allow to impose penalties to certain behaviors performed by spectators, assuming that possession crimes are lawful in themselves. In other words, the criminal type only acquires a legitimate material content when it is possible to verify their fundamental elements (subject + object) in a specific context. If those elements are disconnected from the sports environment and are comprehended in isolation, they do not contain enough dangerousness to give rise to the incidence of criminal law.

Keywords: Criminal law, Criminology, Criminal legal dogmatics, possession crimes, Spectators Statute, football, delinquent subculture, material crimes, legitimacy

Ulisses Augusto Pascolati Junior. The new possession crimes and their legitimacy: the example of the Spectators Statute's article 41-B. 2019. 376 pages. Doctoral thesis – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

Riassunto

Lo scopo di questa tesi di dottorato è di limitare l'ambito del tipo criminale previsto dall'art. 41-B, comma 1, inc. II dello Statuto del Fan. Questa attività di riduzione típica, interpretativa-teleologica, sarà effettuata con il coordinamento della conoscenza dogmatica dei reati di possesso, con l'aiuto della criminologia nella ricerca di comprensione delle sottoculture delinquenti, così come l'analisi empirica dei dati e l'analisi degli calcio come ambiente di rischio. Nonostante la funzione di prevenzione del tipo criminale, che serve una politica criminale globale di sicurezza in occasione di eventi sportivi, l'obiettivo è considerare il possesso come materialmente legittimo e creare criteri materiali che permettono l'applicazione di sanzioni per alcuni comportamenti praticati da tifosi. In altre parole, il reato acquisisce solo materiale contenuto legittimo quando verificate suoi elementi (soggetto + oggetto) in un contesto specifico, dal momento che questi elementi scollegati dall'ambiente sportivo non ha pericolo sufficiente per dare luogo a incidenza del diritto penale.

Parole-chiave: Diritto penale, criminologia, dogmatica penale, reati di possessione, Statuto del Fan, calcio, sottocultura delinquenziale, reato materiale, legittimità

Ulisses Augusto Pascolati Junior. Gli attuali crimini di possesso e la loro legittimità: l'esempio dell'art. 41-B dello Statuto del Fan. 2019. 376 fogli. Dottorato di Ricerca – Facoltà di Giurisprudenza, Università di São Paulo, San Paolo, 2019.

Lista de Tabelas

Tabela 1. Número de pessoas envolvidas em condutas do art. 41-B do Estatuto do Torcedor

Tabela 2. Delitos praticados em âmbito esportivo entre janeiro de 2015 e maio de 2018

Tabela 3. Divisão dos processos por ano

Tabela 4. Divisão de processos relacionados às condutas do art. 41-B por ano

Tabela 5. Divisão dos torcedores de acordo com o pertencimento ou não a torcida organizada

Tabela 6. Faixa etária dos membros de subgrupos

Tabela 7. Grau de escolaridade dos membros de subgrupos

Tabela 8. Dados relativos aos injustos de posse

Tabela 9. Faixa etária dos membros de subgrupos envolvidos com injustos de posse

Tabela 10. Grau de escolaridade dos membros de subgrupos envolvidos com injustos de posse

Tabela 11. Total de objetos apreendidos nos processos envolvendo o injusto de posse

Tabela 12. Soma do número de vezes em que cada objeto foi mencionado nos processos envolvendo o injusto de posse

Lista de Imagens

Imagem 1. Bastões de madeira e barras de ferro

Imagem 2. Três socos-ingleses

Imagem 3. 9 canos de ferro oxidados medindo 155 centímetros (Laudo Pericial n. 92667/2018)

Imagem 4. 24 bastões de madeira, com peso em média de 1,030 kg, medindo entre 68 centímetros e 147 centímetros (Laudo Pericial n. 92677/2018)

Imagem 5. Facão

Imagem 6. Rojões

Imagem 7. Bombas

Imagem 8. 12 unidades de foguetes e 2 bombas pirotécnicas (Laudo Pericial do Esquadrão de bombas n. 034/202/18)

Imagem 9. Pedras grandes com peso total de 1980 gramas (Laudo Pericial n. 92400/2018)

Imagem 10. 33 canos de PVC, com diâmetros variando entre 2 a 4 centímetros (Laudo Pericial n. 176967/2017)

Imagem 11. Soco inglês apreendido (Laudo Pericial n. 480.947/2017)

Imagem 12. Soco inglês apreendido (Laudo Pericial n. 480.947/2017)

Imagem 13. Rojão ou “foguete” com bombas de “tiro seco” (Laudo Pericial ou Relatório Técnico n. 4BPChq – 218/31/15)

Imagem 14. 8 bastões de madeira, em formato cilíndrico, medindo aproximadamente 1 metro e 1 metro e 20 centímetros (Laudo Pericial n. 386.415/2018)

Imagem 15. Briga entre torcidas organizadas captada pelas câmeras de vigilância da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Imagem 16. Briga entre torcidas organizadas captada pelas câmeras de vigilância da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Imagem 17. Briga entre torcidas organizadas captada pelas câmeras de vigilância da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Imagem 18. Briga entre torcidas organizadas captada pelas câmeras de vigilância da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Sumário

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I. APROXIMAÇÃO DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DOS TORCEDORES NO FUTEBOL: CRIMINOLOGIA	25
1. Considerações introdutórias	25
2. Violência, futebol e direito penal	25
2.1. Surgimento e evolução do futebol no Brasil: do amadorismo ao profissionalismo...	28
2.2. Violência no contexto do desporto no Brasil. Evolução no futebol.....	34
2.2.1. A linguagem do futebol.....	39
2.3. Torcida organizada: surgimento e transformação.....	41
2.3.1. A torcida e o torcedor organizado: formas de expressão	47
2.3.2. O integrante organizado, o torcedor comum e a prática de violência	55
3. Torcida organizada como variação de uma subcultura delinquente.....	59
3.1. Observações prévias.....	59
3.2. Surgimento da “subcultura delinquente”: do “hooliganismo” às torcidas organizadas	60
3.3. Características das “subculturas delinquentes” inseridas no contexto das “torcidas organizadas”	63
3.4. Torcida organizada como expressão de uma subcultura delinquente.....	71
CAPÍTULO II. NORMATIZAÇÃO: RESPOSTAS JURÍDICAS À VIOLÊNCIA NO ESPORTE	75
1. Introdução.....	75
1.1. Regime jurídico da violência endógena	77
1.1.1. Violência endógena e a possível incidência da lei penal.....	81
2. Modelos de resposta penal à violência exógena	87
2.1. Modelos internacionais: Europa e América do Sul	89
Alemanha	89
Inglaterra	93
França.....	98
Itália	101
Espanha	105
Portugal	110
Chile.....	113
Argentina.....	117
Uruguai.....	120
3. Brasil: O Estatuto do Torcedor e o modelo civil de prevenção à violência.....	122
3.1. Prevenção e segurança: alterações trazidas pela Lei n. 12.299/2010	128

3.2. O paradigma da prevenção: alterações penais	131
a) Corrupção passiva e ativa em âmbito esportivo.....	133
b) Fraude esportiva (“estelionato”)	135
c) “Cambismo” simples e qualificado.....	138
d) Tumulto e injusto de posse	141
CAPÍTULO III. INFRAÇÕES DE POLÍCIA.....	149
1. Considerações introdutórias	149
1.1. A origem da questão: Estado policial <i>versus</i> Estado de direito e os delitos policiais	149
1.2. História dos delitos policiais no Brasil: o exemplo inicial brasileiro (vadios e capoeiras). A presença das infrações de posse	151
1.2.1. <i>Introdução histórica</i>	151
1.2.2. <i>Os vadios e os capoeiras</i>	157
1.2.3. <i>Equivalente funcional: art. 41-B do Estatuto de Defesa do Torcedor</i>	162
2. Contravenção penal e a ideia da prevenção em VON LISZT	166
3. Crime e contravenção: paradigmas dogmáticos	171
4. Influência italiana. Códigos do século XIX.....	185
5. Crime e contravenção: evolução da legislação brasileira	188
6. Art. 41-B do Estatuto do Torcedor. Abandono das contravenções ou retomada dos delitos de polícia?	194
CAPÍTULO IV. DELITOS DE POSSE COMO REFERENCIAL DE JUSTIFICATIVA DOGMÁTICA.....	197
1. Introdução e panorama histórico	197
2. Contexto político-criminal.....	200
3. Conceito civil de posse: evolução e a relação acessória com o direito penal.....	205
4. A independência relativa do conceito penal de posse.....	214
5. A necessidade de um conceito de ação penal e a natureza jurídica da conduta possessória	221
5.1. Notas introdutórias	221
5.2. Grupo de casos: exemplos de situações possessórias.....	222
5.3. Perspectiva dogmática da ação penal no injusto de posse	223
5.4. A posse como conduta penal: a controversa posição doutrinária da natureza jurídica. Uma relação de estado.....	238
6. Injusto próprio-autônomo ou antecipação das barreiras defensivas (de punição) do direito penal?	251
7. Classificação tipológica e legitimação dos delitos de posse.....	255
a) posse de objetos perigosos que é em si mesma perigosa	259
b) posse em si mesma não perigosa de objetos perigosos que podem ser empregados de maneira perigosa	261
c) posse de objetos com a intenção de cometer um delito.....	262

d) posse de objetos que somente são idôneos para a comissão de determinados delitos, sempre e quando a posse tenha, no contexto, significado de preparação de um delito.....	263
e) posse de objetos provenientes de um delito	265
f) posse de objetos que indicam uma atitude do autor (interesse/predisposição) para atividades criminosas	268
7.1. Considerações dogmáticas de legitimação	269
8. Sentido material do delito de posse extraído do contexto.....	276
CAPÍTULO V. PERSPECTIVA DOGMÁTICA E LEGITIMAÇÃO MATERIAL (PARCIAL) DO INJUSTO DE POSSE DO ART. 41-B, §1º, INC. II	281
1. Considerações introdutórias	281
1.1. Dados captados da realidade fenomênica	283
1.2. Grupos de casos (exemplos ou estruturas).....	285
2. Perspectiva dogmática material do injusto possessório do art. 41, §1º, inc. II. Futebol: um contexto de risco	287
2.1. Elementos do contexto	288
O futebol	288
Os participantes (sujeitos ativos)	290
2.2. Critério objetivo de limitação: Os instrumentos que podem servir à prática de violência.....	291
3. Legitimidade material da estrutura “a”. O paradigma da perturbação social. A posse como preparação	299
3.1. A consideração do torcedor organizado é manifestação de um direito penal do autor?	307
4. Legitimidade material da estrutura “b”	310
5. Legitimidade material da estrutura “c”	312
6. Ilegitimidade material das estruturas (grupos) “d” e “e”. O direito penal da “suspeita”	313
7. A repreensão penal.....	314
CONCLUSÃO	317
APÊNDICE 1. PESQUISA QUANTITATIVA DE DADOS JUNTO AO ANEXO DE DEFESA DO TORCEDOR.....	323
1. Introdução e objetivo	323
2. Processos consultados	323
3. Classificação dos dados captados.....	327
APÊNDICE 2. SITUAÇÕES QUE ENVOLVERAM INSTRUMENTOS DESTINADOS À PRÁTICA DE VIOLÊNCIA.....	333
1. Introdução e objetivo	333
2. Processos consultados	333
3. Objetos apreendidos	334
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	345

Livros e artigos acadêmicos	345
Leis, decretos e projetos de lei.....	371

INTRODUÇÃO

A expansão do direito penal e, portanto, do âmbito da punibilidade, é hoje amplamente discutida na doutrina jurídico-penal. Modernamente, não há um texto ou livro jurídico, daqueles que realmente se proponham a compreender a realidade social, especialmente quando inserida em um contexto de sociedade de risco, que não aborde o avanço punitivo levado a efeito pelo Estado por meio de sua ferramenta mais incisiva nos direitos e liberdades: o direito penal. Uma constatação dessa assertiva é a utilização em escala dos crimes de perigo abstrato no viés dos delitos de posse, os quais muito se afastam de uma noção de periculosidade a justificar a intervenção do direito penal quando o referencial é o bem jurídico protegido.

Ao lado da expansão do direito penal e da crescente utilização dos delitos de posse, não se pode deixar de notar a dicotomia político-criminal que orienta não apenas o legislador, mas também o aplicador da lei, fundamentada na discussão segurança *versus* liberdade, numa clara alusão à eficiência do sistema penal. Dentro deste discurso, o que se percebe – e isto também vem subjacente nos delitos de posse –, é o avançar de um Estado policial-previsionista em detrimento de um Estado de direito cujas garantias foram sendo consolidadas ao longo dos séculos.

É dentro desta visão expansiva e considerando, ainda, o conhecimento adquirido por outras áreas das ciências humanas no estudo das subculturas delinquentes, notadamente pela criminologia, que se pretende analisar o injusto possessório retratado no art. 41-B, parágrafo 1º, inc. II, do Estatuto do Torcedor, para além de uma visão deontológica do próprio direito ou mesmo do direito penal, na busca de um conteúdo material próprio. Para tanto, além dos conhecimentos da sociologia criminal, também serão considerados referenciais históricos voltados ao ambiente esportivo do futebol, bem como a captação e observação empírica de dados fáticos que circundam a aplicação deste dispositivo penal para uma melhor compreensão e percepção desta realidade, sem desconsiderar questões dogmáticas voltadas aos delitos de posse de maneira geral.

Diante deste quadro, pretende-se, com este estudo, propor uma solução dogmática para o injusto de posse do art. 41-B do Estatuto do Torcedor, visando conter a utilização do sistema criminal e, por conseguinte, da violência prevista na pena. Visa-se, com este desiderato, alcançar uma interpretação teleológico-restritiva da norma contida no tipo em referência. Em outras palavras: sempre tendo como premissa o respeito aos direitos individuais, corolário de um Estado de direito, busca-se analisar a validade ou a legitimidade do ilícito, representativo de um fragmento de realidade, numa dimensão material própria de concretude, mesmo que o aludido tipo penal esteja inserido, e tenha sido pensado, em uma lógica prevencionista-utilitária.

Para o desenvolvimento deste objetivo, o trabalho divide-se em cinco capítulos, dispostos de forma que possa levar o leitor a compreender a realidade sobre a qual se busca analisar o tipo do art. 41-B, bem como do próprio universo dos injustos possessórios.

O primeiro capítulo destina-se a mostrar o cenário de aplicação do art. 41-B do Estatuto do Torcedor. Especificamente, a evolução do futebol no Brasil e como este esporte é associado, histórica e culturalmente, à prática de atos de violência por parte da massa. Ao lado deste fator histórico, pretende-se apresentar o surgimento do fenômeno das “torcidas organizadas”, sua evolução e seu crescimento até a configuração atual. Para tanto, busca-se mostrar a composição destas organizações de torcedores e analisar como elas se comportam no contexto social esportivo. A despeito disto, o objetivo maior é, com apoio da ciência criminológica, caracterizar este agrupamento de pessoas como uma variação de uma subcultura delincente e, portanto, mostrar como esta caracterização ajuda a compreender a necessidade da aplicação dos injustos de posse do art. 41-B a algumas situações concretas.

O segundo capítulo leva em conta o cenário desenhado no capítulo anterior e analisa, do ponto de vista normativo, o contexto de risco no qual a prática do futebol está inserida, tanto sob a perspectiva endógena das lesões esportivas, as quais podem influenciar o comportamento da massa, quanto da perspectiva da violência exógena praticada pela própria massa. Com suporte político-criminal de modelos internacionais – países nos quais a prática do futebol é culturalmente arraigada –, busca-se apresentar como os Estados lidam com esta questão, ora com mais, ora com menos conteúdo preventivo-policial, bem como justificar a escolha do legislador brasileiro pelo art. 41-B, parágrafo 1º,

inc. II do Estatuto do Torcedor. Também, neste capítulo, imperioso demonstrar a evolução legislativa brasileira – Estatuto do Torcedor – acerca da proteção conferida ao próprio torcedor. Em um primeiro momento, a preocupação da segurança fora dogmaticamente tratada por meio de dispositivos civis e administrativos. Todavia, em um segundo momento, com a evolução das práticas violentas, o legislador buscou suporte em dispositivos de natureza penal, tanto para comportamentos diretamente relacionados à violência, como é o caso do art. 41-B em toda sua generalidade, quanto para comportamentos penais que indiretamente possam ensejar a prática de atos violentos, tendo em vista influência exercida sobre a massa.

O terceiro capítulo preocupa-se em situar a questão dentro daquilo que se denomina “infrações de polícia”. O objetivo é mostrar que este tipo instrumental legislativo, representado pelos injustos de posse, vem sendo historicamente utilizado no Brasil. O principal exemplo histórico é a repressão aos capoeiras. Mesmo se aproximando de um Estado policial, diante do viés preventivo, é possível entender que este injusto pode ser aceito e ter um conteúdo material próprio dentro das balizas de um Estado de direito. Procurar-se-á demonstrar a inexistência de diferenças de essência entre crime e contravenção e que ambos institutos são submetidos à mesma disciplina dogmática, motivo pelo qual é indiferente tratar a questão como crime ou como contravenção.

O quarto capítulo volta a atenção para a dogmática dos delitos de posse, especialmente a algumas questões que devem ser enfrentadas antes de qualquer análise de legitimação material. Em um primeiro momento, após uma rápida abordagem do contexto político-criminal e da evolução histórica do conceito civil de posse, será buscado, com o auxílio do próprio direito privado, um conceito normativo de posse penal. Na sequência, é formulado um conceito penal de posse. Com a ajuda de três exemplos de reais situações possessórias, a ideia central é discutir, com apoio da moderna doutrina, a natureza jurídica do injusto possessório como uma ação, omissão ou estado. Todavia, antes desta discussão – e até mesmo porque as questões são interligadas –, pretende-se apontar para a desnecessidade de um conceito de ação penal (ou de um supraconceito), ainda mais voltado aos injustos de posse, podendo o conceito de ação ser extraído do próprio tipo penal, o que nada prejudicaria a compreensão da posse como estado. Esta discussão mostra-se importante uma vez que, somente sobre uma conduta possessória suficientemente idônea para receber qualquer valoração de cunho axiológico, é que se pode

passar ao passo seguinte, que é a discussão acerca da legitimidade material dos injustos de posse. Esta tarefa, saliente-se, parte da premissa de que os injustos de posse possuem uma legitimidade material autônoma. Assim, com esta premissa e com apoio na classificação exposta pela professora Nuria PASTOR MUÑOZ, é que se buscará a formulação de uma classificação própria para o crime do art. 41-B, parágrafo 1º, inc. II do Estatuto do Torcedor, que assim denominaremos: “posse, em si mesma, não perigosa, de objetos, igualmente, de *per se* não perigosos, mas que, ambos, conjuntamente, em contexto específico, tornam-se perigosos.”

O quinto capítulo, por fim, dentro da classificação anteriormente exposta, tem por objetivo a redução teleológica buscada para o art. 41-B, parágrafo 1º, inc. II do Estatuto do Torcedor. Para esta tarefa, serão consideradas as análises acerca da caracterização dos grupos de torcedores como uma subcultura delinquente e, também, pesquisa empírica realizada sobre dados captados junto ao Anexo de Defesa do Torcedor, tanto referente aos próprios torcedores quanto aos objetos por eles levados ao ambiente esportivo (Apêndice 1), em situações fáticas que envolveram a incidência do art. 41-B como objeto de compreensão. Ademais, para além destes dois pontos de partida, a argumentação jurídico-dogmática partirá de cinco casos ou situações, a fim de demonstrar a legitimidade material em cada um dos exemplos, uma vez que a conduta penal somente ganha identidade penal quando tanto o sujeito quanto o objeto são considerados em um contexto específico, na medida em que ambos, isolados, não traduzem a legitimidade material suficiente para ensejar a incidência da sanção penal. Portanto, serão levados em conta o contexto esportivo, o torcedor individual ou inserido em um subgrupo, bem como alguns critérios materiais desenvolvidos acerca dos objetos utilizados pelos torcedores (retratados no Apêndice 2) para se chegar à conclusão de que nem todas as situações formalmente típicas, considerando o tipo um recorte da realidade, necessariamente merecem reprovação penal. Por derradeiro, esta confluência das ciências criminológicas, da ciência penal e da práxis, tem, antes de tudo, o objetivo de aproximar a academia do sistema de justiça e reafirmar que o conhecimento doutrinário somente faz sentido se propuser a resolver problemas oriundos dos conflitos sociais.

CONCLUSÃO

1. O Estatuto do Torcedor (Lei n. 10.671/03), primeiramente editado como uma lei para proteção dos direitos do torcedor-consumidor, foi alterado em 2010 pela Lei n. 12.299/2010, oportunidade na qual foram inseridos institutos de natureza penal. Referida legislação, não obstante tenha como objeto todo e qualquer evento esportivo, ganha projeção no Brasil quando é direcionada ao ambiente do desporto do futebol. É neste cenário, portanto, que o art. 41-B, parágrafo 1º, inc. II, que trata dos injustos de posse, foi analisado.

2. O futebol é parte da cultura e sinal de identificação nacional. Assim, desde sua incorporação aos hábitos do brasileiro, especificamente, quando foi trazido para o Brasil, o futebol desenvolveu-se e, durante sua evolução, foi acompanhado da prática de atos de violência exercidos pela massa. Inicialmente, os atos de violência, até por estarem vinculados a um sentimento clubístico que foi se desenvolvendo naturalmente, eram realizados de modo isolado ou atomizado. Em outras palavras, quando a figura do sujeito espectador do esporte se transformou na figura do torcedor, os atos de violência, na maioria das vezes impregnados de alta carga emocional, passaram a fazer parte do ambiente esportivo.

3. Ao lado desta prática, que se manteve ao longo dos séculos XX e XXI, uma outra forma de torcer foi paulatinamente surgindo e passando por transformações: os grupos organizados. Inicialmente como um agrupamento de pessoas que tinham como finalidade incentivar os clubes (“charangas”) a partir das arquibancadas, tornaram-se, posteriormente, grupos organizados, com estrutura e código normativo próprios. A partir das décadas de 1960 e 1970, estes agrupamentos se transformaram naquilo que hoje se conhece como torcida organizada. Trata-se de grupos de determinado tipo de pessoas, em sua maioria jovens do sexo masculino, com baixa e média escolaridade, que se expressam de maneiras específicas e que têm, na conduta ilícita penal, seu mecanismo de aquisição de reconhecimento e *status*.

4. Estes agrupamentos sociais, surgidos na década de 1960 e 1970 e influenciados pelo momento político vivido no Brasil, bem como pela cultura “hooligan” que se desenvolvia na Europa, deram ensejo ao surgimento de diversas torcidas organizadas. Esta nova forma de sociabilidade dos torcedores, impregnada por uma determinada ritualística estética e comportamental, é expressão daquilo que Albert Cohen chamou de “subcultura delinquente”.

5. A compreensão das torcidas organizadas como expressão de uma “subcultura delinquente” decorre da forma de composição, estruturação e comportamento destes grupos subculturais. O pertencimento a qualquer destas organizações, de direito ou de fato, impõe a observância, por parte de seus membros, além de um código normativo interno, da prática de atos ilícitos. Estes atos são caracterizados por serem hedonísticos, negativos e por não serem utilitários. A caracterização destes grupos como uma “subcultura delinquente” também ajuda a compreender o alcance e a função material típica do art. 41-B, parágrafo 1º, inc. II do Estatuto do Torcedor.

6. Historicamente, o ambiente esportivo do futebol traz uma certa dose de risco. O risco não existe apenas em razão dos atos ilícitos, em sua maioria crimes de lesão, praticados de forma atomizada por torcedores individuais inseridos na turba ou por meio das subculturas delinquentes (violência exógena), mas também pelo fato de que o próprio esporte possui uma carga de violência eventual interna que influencia, indiretamente, o comportamento da claque (violência endógena). Foi, portanto, no contexto deste cenário de risco conhecido e da progressiva incapacidade que as pessoas desenvolveram em conviver com este ambiente que o legislador, pensando preventivamente, editou o Estatuto do Torcedor. Cumpre notar, o que caracteriza este ambiente como de risco, que a política-criminal prevencionista levada a cabo pelo legislador brasileiro não é exclusividade do Brasil. Países reconhecidamente democráticos, que adotaram o futebol como esporte principal, possuem sistemas preventivos penais de ocorrência de ilícitos, em muitas vezes aproximando-se de um Estado policial vigilantista, o que demonstra que o risco é inato a esta parcela da realidade social.

7. Diante deste quadro e tendo como pressuposto um caráter de prevenção, o legislador buscou reforço no direito penal, especialmente nos delitos de posse – largamente utilizados ao longo da história da legislação penal brasileira. Não se trata simplesmente de

retorno dos delitos de polícia, como se observava na repressão aos capoeiras, até porque a aplicação deste injusto de posse, não obstante seja expressão da expansão do próprio direito penal, exige, além da observância dos direitos individuais, a interpretação teleológica de concretude do conteúdo do tipo, em conformidade com a lesividade penal exigida pela Constituição. Ademais, nenhuma medida de afastamento é imposta sem a intervenção do Poder Judiciário. Assim, independentemente do instrumento legislativo utilizado – crime ou contravenção –, deve-se levar em conta um conteúdo material suficiente para conter a própria expansão do direito penal, esta consectária natural das exigências impostas pelos cidadãos, aqui torcedores, inseridos em um ambiente de risco, característico de uma sociedade de risco.

8. Portanto, o injusto escolhido pelo legislador – crimes de posse – levando em conta a práxis forense e o conhecimento extraído das ciências humanas, como a criminologia, deve ser dogmaticamente orientado no sentido da exclusão de determinadas situações, visando, assim, conter eventual avanço de um Estado de polícia. Para esta tarefa, por conseguinte, mostrou-se necessário o estudo dos delitos de posse, em geral de perigo abstrato, voltado a uma lógica de periculosidade.

9. Entretanto, antes mesmo da análise redutora do tipo do art. 41-B, parágrafo 1º, inc. II do Estatuto do Torcedor, é necessário conformar a conduta possessória com a realidade jurídico-penal. O conceito de posse, expressado de forma subjacente pelos verbos “ter” e “possuir” (e por outras condutas assemelhadas), é de caráter normativo. Não há um conceito penal específico de posse. Porém, a relação de posse, considerando a independência relativa do direito penal, deve ser extraída do direito privado e adaptada à realidade político-dogmática penal. Assim, para todos os efeitos, posse é a relação de domínio fático de um sujeito e um objeto, por determinado período de tempo, independentemente de contato físico, respeitando o destino econômico-natural, com a possibilidade de controle, o qual se expressa na fruição e na disponibilidade do objeto.

10. Sustenta-se, aqui, a desnecessidade de um conceito de ação penal de caráter ontológico que seja compreensivo de todas as formas de conduta humana (supraconceito). Temos que o conceito de ação, de cunho valorativo-axiológico, deve ser extraído de uma realidade típica. Nestes termos e tendo em conta um conceito de posse de caráter normativo, compreendemos que, para a caracterização de uma ação em termos penais, a

interpretação dos tipos de posse e assemelhados deve ser orientada no sentido da fruição e da disponibilidade do objeto (controle), independentemente de uma realidade física-ontológica.

11. Mesmo havendo um amplo debate doutrinário sobre a natureza jurídica da posse, diante deste pressuposto de realização típica, em uma interpretação global deste fenômeno, temos que a relação de posse que melhor caracteriza o injusto do art. 41-B, parágrafo 1º, inc. II é uma relação de estado. Há comportamento possessório que se inicia com um ato de aquisição ou recebimento, tornando-se, na sequência, uma relação de estado. Contudo, este início nem sempre é exigido, uma vez que há condutas de posse que independem de um ato de aquisição, permanecendo por todo o tempo como uma relação de estado, de caráter normativo, sem qualquer viés ontológico. Em outras palavras, a posse não pode ser fracionada e, ademais, quando o legislador visa à punição de um ato de recebimento, o faz de modo autônomo e independentemente da relação subsequente de controle e fruição.

12. A relação de estado entre um sujeito e um objeto deve expressar um sentido de perigo objetivo. Na busca de um conceito material legitimador da posse não se despreza toda a conceituação elaborada em torno do bem jurídico. Todavia, não vemos na posse simplesmente a antecipação das barreiras de punição penal quando o referencial é a lesão de bem jurídico futuro. Temos que o comportamento possessório deve trazer um conteúdo material limitador próprio e autônomo. O referencial de legitimidade, na classificação utilizada como paradigma, leva em conta a periculosidade do objeto em si, bem como a utilização imposta ao objeto. Dentro desta lógica, acrescentamos mais uma classificação que melhor expressa o conteúdo do art. 41-B, parágrafo 1º, inc. II do Estatuto do Torcedor, qual seja: “posse, em si mesma, não perigosa, de objetos, igualmente, de *per se* não perigosos, mas que, ambos, conjuntamente, em contexto específico, tornam-se perigosos.”

13. A análise desta estrutura parte da confluência do objeto somado ao sujeito em um determinado contexto, uma vez que tais elementos, conceituados de forma isolada, não são suficientes para trazer um perigo objetivo apto a impor uma identidade penal ao comportamento. Os objetos, de *per se*, utilizados como referência, são inócuos ou neutros, não trazendo uma periculosidade inata, até porque possuem destinação diversa daquela efetivamente empregada pelos torcedores. Por outro lado, a consideração dos sujeitos ativos – torcedores individuais ou coletivos – de maneira isolada, ainda que eles expressem

uma periculosidade subjetiva de forma objetiva, é a consagração de um direito penal do autor, não sendo, igualmente, suficiente para caracterizar um delito em sentido material. Para considerar a identidade penal de uma conduta, é necessário, portanto, considerar o objeto e também o sujeito torcedor (individual ou coletivo), em um determinado contexto do ambiente esportivo do futebol.

14. Nesse sentido, o objeto, criteriosamente analisado no sentido de alguns *standards* de excepcionalidade no ambiente esportivo (antinaturalidade, sentido de arma e ausência de justo motivo), aliado ao fato de o indivíduo ser (i) torcedor inserido na massa e impregnado de emocionalidades ou (ii) torcedor organizado em conformidade com um código normativo próprio, atribui à posse um sentido de perigo objetivo. Além de se caracterizar como um perturbador social que rompe com qualquer expectativa normativa, interferindo na esfera de liberdade de terceiros, esta posse aumenta o nível de risco que já é próprio do ambiente esportivo.

15. Tendo como pressupostos uma visão limitadora do direito penal expansivo, o fato de que o tipo penal é, formal-gramaticalmente, um recorte da realidade e que, por assim ser, abarca situações fáticas não pensadas pelo legislador, apenas enxergamos conteúdo material nas estruturas “a”, “b” e “c”, quais sejam:

- a) torcedor organizado + condições do tipo penal + objeto excepcional;
- b) torcedor individual + condições do tipo penal + objeto excepcional;
- c) torcedor organizado ou individual + condições do tipo penal + objeto excepcional oculto.

Por consectário lógico, se não estiverem previstos quaisquer dos referidos critérios, ficam fora do alcance do tipo penal as hipóteses das letras:

- d) sujeito não identificado como torcedor + condições do tipo penal + objeto excepcional e
- e) sujeito identificado como torcedor + condições do tipo penal + sem vínculo com o evento esportivo.

16. Na verdade, a interpretação teleológica restritiva dos injustos de posse previstos no art. 41-B, §1º, inc. II do Estatuto do Torcedor constitui uma visão limitadora do avanço do sistema criminal. Esta forma de encarar a solução legislativa proposta pela Lei n. 12.299/10 aos problemas de violência no âmbito esportivo está consentânea com um modelo de Estado de direito democrático e com um Direito Penal que tem por missão conter o arbítrio, o Estado policial e o uso indiscriminado e progressivo da sanção.

APÊNDICE 1. PESQUISA QUANTITATIVA DE DADOS JUNTO AO ANEXO DE DEFESA DO TORCEDOR

1. Introdução e objetivo

No afã de demonstrar uma realidade que pudesse, de alguma forma, ser utilizada na justificativa material do tipo penal do art. 41-B, inserido no Estatuto do Torcedor pela Lei n. 12.299/2010, procedeu-se a uma análise verificativa de dados, captados em processos judiciais públicos, junto ao Anexo de Defesa do Torcedor. Foram consultados os processos distribuídos no período de janeiro de 2015 a maio de 2018. Após a captação dos dados, a pesquisa procurou verificar a quantidade de pessoas relacionadas com o art. 41-B e art. 41-B, parágrafo 1º, inc. II. Dentro deste universo, a pesquisa procurou mostrar qual a porcentagem de torcedores organizados e não-organizados. A pesquisa também objetivou apresentar um perfil atual dos torcedores organizados, divididos por idade e escolaridade e, por fim, mostrar um panorama dos objetos utilizados para a prática delitiva, relativamente ao injusto de posse.

2. Processos consultados

Foram consultados 238 processos, os quais indicamos abaixo, divididos por número ordinário e controle.

1. C: 06/15 - 0073155-61.2015.8.26.0050; 2. C: 05/15 - 0074028-61.2015.8.26.0050; 3. C: 02/16 - 0106956-65.2015.8.26.0050; 4. C: 12/15 - 0080313-70.2015.8.26.0050; 5. C: 11/15 - 0078054-05.2015.8.26.0050; 6. C: 10/16 - 0011252-88.2016.8.26.0050; 7. C: 10/17 - 0021370-89.2017.8.26.0050; 8. C: 09/17 - 0021371-74.2017.8.26.0050; 9. C: 07/15 - 0076354-91.2015.8.26.0050; 10. C: 08/15 - 0076355-76.2015.8.26.0050; 11. C: 14/15 - 0082597-51.2015.8.26.0050; 12. C: 13/16 - 0008945-64.2016.8.26.0050; 13. C: 26/17 - 0037354-16.2017.8.26.0050; 14. C: 26/16 - 0017335-23.2016.8.26.0050; 15. C: 22/16 - 0014017-32.2016.8.26.0050; 16. C: 22/17 - 0032506-83.2017.8.26.0050; 17. C: 20/17 -

0031835-60.2017.8.26.0050; 18. C: 16/16 - 0008943-94.2016.8.26.0050; 19. C: 21/17 - 0032508-53.2017.8.26.0050; 20. C: 18/15 - 0023447-42.2015.8.26.0050; 21. C: 32/16 - 0004803-17.2016.8.26.0050; 22. C: 31/16 - 0106957-50.2015.8.26.0050; 23. C: 30/16 - 0012170-92.2016.8.26.0050; 24. C: 35/15 - 0083844-67.2015.8.26.0050; 25. C: 33/15 - 0009802-47.2015.8.26.0050; 26. C: 39/15 - 0046885-63.2016.8.26.0050; 27. C: 41/15 - 0036588-31.2015.8.26.0050; 28. C: 42/15 - 0036718-21.2015.8.26.0050; 29. C: 37/15 - 0083842-97.2015.8.26.0050; 30. C: 39/16 - 0024060-28.2016.8.26.0050; 31. C: 47/15 - 0046981-15.2015.8.26.0050; 32. C: 48/15 - 0046980-30.2015.8.26.0050; 33. C: 49/16 - 0024594-69.2016.8.26.0050; 34. C: 50/16 - 0024595-54.2016.8.26.0050; 35. C: 01/16 - 0106339-08.2015.8.26.0050; 36. C: 06/17 - 0013433-28.2017.8.26.0050; 37. C: 50/15 - 0054866-80.2015.8.26.0050; 38. C: 51/16 - 0025595-89.2016.8.26.0050; 39. C: 53/16 - 0029208-20.2016.8.26.0050; 40. C: 54/15 - 0056342-56.2015.8.26.0050; 41. C: 57/15 - 0090161-81.2015.8.26.0050; 42. C: 56/15 - 0090160-96.2015.8.26.0050; 43. C: 55/15 - 0090159-14.2015.8.26.0050; 44. C: 57/16 - 0026091-21.2016.8.26.0050; 45. C: 58/16 - 0026092-06.2016.8.26.0050; 46. C: 59/16 - 0034612-52.2016.8.26.0050; 47. C: 60/16 - 0030741-14.2016.8.26.0050; 48. C: 64/16 - 0036400-04.2016.8.26.0050; 49. C: 63/15 - 0093289-12.2015.8.26.0050; 50. C: 62/16 - 0038237-94.2016.8.26.0050; 51. C: 62/15 - 0093291-79.2015.8.26.0050; 52. C: 61/15 - 0093288-27.2015.8.26.0050; 53. C: 60/15 - 0093290-94.2015.8.26.0050; 54. C: 69/16 - 0046009-11.2016.8.26.0050; 55. C: 68/15 - 0048175-50.2015.8.26.0050; 56. C: 71/15 - 0101697-89.2015.8.26.0050; 57. C: 70/16 - 0046463-88.2016.8.26.0050; 58. C: 78/15 - 0048176-35.2015.8.26.0050; 59. C: 79/15 - 0049268-48.2015.8.26.0050; 60. C: 80/15 - 0046982-97.2015.8.26.0050; 61. C: 81/16 - 0054835-26.2016.8.26.0050; 62. C: 82/16 - 0054836-11.2016.8.26.0050; 63. C: 87/16 - 0036587-46.2015.8.26.0050; 64. C: 98/16 - 0065865-58.2016.8.26.0050; 65. C: 96/16 - 0065012-49.2016.8.26.0050; 66. C: 91/16 - 0060063-79.2016.8.26.0050; 67. C: 92/16 - 0060061-12.2016.8.26.0050; 68. C: 93/16 - 0059653-21.2016.8.26.0050; 69. C: 106/16 - 0069776-78.2016.8.26.0050; 70. C: 103/16 - 0069773-26.2016.8.26.0050; 71. C: 105/16 - 0070805-66.2016.8.26.0050; 72. C: 102/16 - 0069085-64.2016.8.26.0050; 73. C: 107/16 - 0070285-09.2016.8.26.0050; 74. C: 113/16 - 0076208-16.2016.8.26.0050; 75. C: 116/16 - 0078455-67.2016.8.26.0050; 76. C: 120/16 - 0078921-61.2016.8.26.0050; 77. C: 121/16 - 0078922-46.2016.8.26.0050; 78. C: 124/16 - 0080177-39.2016.8.26.0050; 79. C: 122/16 - 0077400-81.2016.8.26.0050; 80. C: 127/16 - 0086150-72.2016.8.26.0050; 81. C: 128/16 - 0086151-57.2016.8.26.0050; 82. C: 129/16 - 0086148-05.2016.8.26.0050; 83. C: 131/16 - 0089731-95.2016.8.26.0050; 84. C: 132/16 - 0091817-39.2016.8.26.0050; 85. C: 133/16 -

0054864-13.2015.8.26.0050; 86. C: 134/16 - 0093761-76.2016.8.26.0050; 87. C: 135/16 - 0093763-46.2016.8.26.0050; 88. C: 137/16 - 0093765-16.2016.8.26.0050; 89. C: 138/16 - 0093762-61.2016.8.26.0050; 90. C: 139/16 - 0093831-93.2016.8.26.0050; 91. C: 146/16 - 0067905-13.2016.8.26.0050; 92. C: 145/16 - 0100213-05.2016.8.26.0050; 93. C: 144/16 - 0100551-76.2016.8.26.0050; 94. C: 556/15 - 0001475-16.2015.8.26.0050; 95. C: 150/16 - 0011410-15.2015.8.26.0007; 96. C: 3710/16 - 0010922-91.2016.8.26.0050; 97. C: 4029/15 - 0034527-03.2015.8.26.0050; 98. C: 6858/16 - 0070284-27.2016.8.26.0050; 99. C: 3/17 - 0005020-26.2017.8.26.0050; 100. C: 83/16 - 0056674-86.2016.8.26.0050; 101. C: 97/16 - 0065866-43.2016.8.26.0050; 102. C: 57/17 - 0000909-31.2017.8.26.0007; 103. C: 55/17 - 0084158-42.2017.8.26.0050; 104. C: 52/17 - 0081796-67.2017.8.26.0050; 105. C: 53/17 - 0081798-37.2017.8.26.0050; 106. C: 54/17 - 0081797-52.2017.8.26.0050; 107. C: 23/17 - 0032330-07.2017.8.26.0050; 108. C: 27/17 - 0037353-31.2017.8.26.0050; 109. C: 19/17 - 0030556-39.2017.8.26.0050; 110. C: 12/16 - 0011254-58.2016.8.26.0050; 111. C: 15/17 - 0080181-76.2016.8.26.0050; 112. C: 17/15 - 0082207-81.2015.8.26.0050; 113. C: 63/17 - 0098711-94.2017.8.26.0050; 114. C: 123/16 - 0082757-42.2016.8.26.0050; 115. C: 125/16 - 0084133-63.2016.8.26.0050; 116. C: 63/16 - 0033503-03.2016.8.26.0050; 117. C: 66/15 - 0008327-47.2015.8.26.0635; 118. C: 4/15 - 0073156-46.2015.8.26.0050; 119. C: 5/17 - 0077590-78.2015.8.26.0050; 120. C: 130/16 - 0086149-87.2016.8.26.0050; 121. C: 110/16 - 0075389-79.2016.8.26.0050; 122. C: 34/16 - 0019914-41.2016.8.26.0050; 123. C: 141/16 - 0011683-91.2015.8.26.0007; 124. C: 11/16 - 0011253-73.2016.8.26.0050; 125. C: 64/17 - 0101689-44.2017.8.26.0050; 126. C: 56/17 - 0086168-59.2017.8.26.0050; 127. C: 26/15 - 0104435-50.2015.8.26.0050; 128. C: 73/16 - 0046943-66.2016.8.26.0050; 129. C: 78/16 - 0004477-57.2016.8.26.0050; 130. C: 68/17 - 0105774-73.2017.8.26.0050; 131. C: 44/17 - 0070143-68.2017.8.26.0050; 132. C: 13/17 - 0023969-98.2017.8.26.0050; 133. C: 38/15 - 0054865-95.2015.8.26.0050; 134. C: 100/16 - 0068343-39.2016.8.26.0050; 135. C: 03/15 - 0073157-31.2015.8.26.0050; 136. C: 04/17 - 0055749-27.2015.8.26.0050; 137. C: 12/17 - 0023971-68.2017.8.26.0050; 138. C: 11/17 - 0023972-53.2017.8.26.0050; 139. C: 17/17 - 0002922-59.2017.8.26.0635; 140. C: 81/15 - 0009149-36.2015.8.26.0635; 141. C: 48/16 - 002459639.2016.8.26.0050; 142. C: 74/17 - 0023721-04.2016.8.26.0007; 143. C: 18/17 - 0064776-97.2016.8.26.0050; 144. C: 43/15 - 0019240-97.2015.8.26.0050; 145. C: 40/16 - 0024297-62.2016.8.26.0050; 146. C: 40/16 - 0042717-18.2016.8.26.0050; 147. C: 37/17 - 0060940-82.2017.8.26.0050; 148. C: 47/17 - 0075858-91.2017.8.26.0050; 149. C: 59/15 - 0092906-34.2015.8.26.0050; 150. C: 136/16 - 0093764-31.2016.8.26.0050; 151. C: 67/17 - 0101926-78.2017.8.26.0050; 152. C: 47/16 - 0027823-37.2016.8.26.0050; 153. C: 111/16 -

0075602-85.2016.8.26.0050; 154. C: 84/16 - 0057239-50.2016.8.26.0050; 155. C: 30/15 - 0051167-81.2015.8.26.0050; 156. C: 104/16 - 0069774-11.2016.8.26.0050; 157. C: 75/16 - 0048606-50.2016.8.26.0050; 158. C: 66/16 - 0040702-76.2016.8.26.0050; 159. C: 108/16 - 0004529-53.2016.8.26.0050; 160. C: 49/15 - 0011223-72.2015.8.26.0050; 161. C: 14/18 - 0018284-76.2018.8.26.0050; 162. C: 19/16 - 0010750-52.2016.8.26.0050; 163. C: 03/18 - 0006499-20.2018.8.26.0050; 164. C: 04/18 - 0006502-72.2018.8.26.0050; 165. C: 32/15 - 0000602-45.2015.8.26.0008; 166. C: 18/16 - 0012616-95.2016.8.26.0050; 167. C: 13/18 - 0015644-03.2018.8.26.0050; 168. C: 13/18 - 0023835-37.2018.8.26.0050; 169. C: 13/18 - 0023838-89.2018.8.26.0050; 170. C: 13/18 - 0023827-60.2018.8.26.0050; 171. C: 17/18 - 0018285-61.2018.8.26.0050; 172. C: 15/18 - 0018286-46.2018.8.26.0050; 173. C: 08/17 - 0021372-59.2017.8.26.0050; 174. C: 24/17 - 0033474-16.2017.8.26.0050; 175. C: 31/17 - 0044631-83.2017.8.26.0050; 176. C: 71/16 - 0045994-42.2016.8.26.0050; 177. C: 90/16 - 0060064-64.2016.8.26.0050; 178. C: 41/17 - 0066735-69.2017.8.26.0050; 179. C: 36/15 - 0083503-41.2015.8.26.0050; 180. C: 82/15 - 0089900-48.2017.8.26.0050; 181. C: 58/15 - 0090162-66.2015.8.26.0050; 182. C: 29/17 - 0092019-16.2016.8.26.0050; 183. C: 70/15 - 0100643-88.2015.8.26.0050; 184. C: 149/16 - 0000537-50.2015.8.26.0008; 185. C: 82/15 - 0014273-09.2015.8.26.0050; 186. C: 17/16 - 0008946-49.2016.8.26.0050; 187. C: 31/15 - 0071154-06.2015.8.26.0050; 188. C: 119/16 - 0077176-46.2016.8.26.0050; 189. C: 72/16 - 0102578-66.2015.8.26.0050; 190. C: 72A/16 - 0094105-23.2017.8.26.0050; 191. C: 143/16 - 0100216-57.2016.8.26.0050; 192. C: 70/17 - 0107955-47.2017.8.26.0050; 193. C: 34/17 - 0043713-79.2017.8.26.0050; 194. C: 45/17 - 0068373-40.2017.8.26.0050; 195. C: 24/18 - 0026708-10.2018.8.26.0050; 196. C: 61/17 - 0093862-79.2017.8.26.0050; 197. C: 33/17 - 0043728-48.2017.8.26.0050; 198. C: 74/15 - 0103586-78.2015.8.26.0050; 199. C: 22/18 - 0000500-09.2018.8.26.0011; 200. C: 32/18 - 0086714-51.2016.8.26.0050; 201. C: 39/18 - 1500089-66.2018.8.26.0050; 202. C: 58/17 - 0002799-27.2016.8.26.0011; 203. C: 21/15 - 0054840-82.2015.8.26.0050; 204. C: 26/15 - 0011224-57.2015.8.26.0050; 205. C: 72/15 - 0025157-97.2015.8.26.0050; 206. C: 73/15 - 0054914-39.2015.8.26.0050; 207. C: 52/16 - 0029209-05.2016.8.26.0050; 208. C: 114/16 - 0076207-31.2016.8.26.0050; 209. C: 115/16 - 0061442-55.2016.8.26.0050; 210. C: 148/16 - 0098138-90.2016.8.26.0050; 211. C: 152/16 - 0100475-52.2016.8.26.0050; 212. C: 28/17 - 0029205-94.2018.8.26.0050; 213. C: 30/17 - 0038637-74.2017.8.26.0050; 214. C: 46/17 - 0075859-76.2017.8.26.0050; 215. C: 07/18 - 0006164-98.2018.8.26.0050; 216. C: 12/18 - 0015574-83.2018.8.26.0050; 217. C: 23/18 - 0026706-40.2018.8.26.0050; 218. C: 25/18 - 0026707-25.2018.8.26.0050; 219. C: 27/18 - 0029209-34.2018.8.26.0050; 220. C: 29/18 - 0029208-49.2018.8.26.0050;

221. C: 30/18 - 0029206-79.2018.8.26.0050; 222. C: 36/18 - 0001716-51.2017.8.26.0007; 223. C: 09/18 - 0006618-78.2018.8.26.0050; 224. C: 19/18 - 0021378-32.2018.8.26.0050; 225. C: 21/18 - 0017832-66.2018.8.26.0050; 226. C: 62/17 - 0093861-94.2017.8.26.0050; 227. C: 79/16 - 0051079-09.2016.8.26.0050; 228. C: 26/18 - 0017831-81.2018.8.26.0050; 229. C: 18/18 - 0019280-74.2018.8.26.0050; 230. C: 53/18 - 0048386-81.2018.8.26.0050; 231. C: 33/16 - 0022201-74.2016.8.26.0050; 232. C: 52/18 - 0004601-16.2018.8.26.0003; 233. C: 45/16 - 0027821-67.2016.8.26.0050; 234. C: 58/18 - 0064908-86.2018.8.26.0050; 235. C: 59/18 - 0063341-20.2018.8.26.0050; 236. C: 62/18 - 0013196-60.2016.8.26.0007; 237. C: 64/18 - 0100862-04.2015.8.26.0050; 238. C: 66/18 - 0015103-02.2018.8.26.0007.

3. Classificação dos dados captados

Tabela 1. Número de pessoas envolvidas em condutas do art. 41-B do Estatuto do Torcedor

Dos 238 processos consultados, 744 pessoas envolveram-se com fatos típicos compreendidos como delitos do Estatuto do Torcedor e outros praticados em conexão. Deste universo, 484 envolveram-se com alguma conduta do art. 41-B. Cumpre anotar que 9 pessoas foram contadas tanto no “caput” quanto no “§1º, inciso II” e 62 pessoas foram contabilizadas no §1º, tanto no inciso I quanto no §1º, inciso II.

Pessoas envolvidas em fatos típicos entre janeiro de 2015 e maio de 2018	744
Pessoas envolvidas no artigo 41-B do EDT	484
41-B, “caput”	183
41-B, §1º, I	142
41-B, §1º, II	230

Tabela 2. Quantidade de pessoas envolvidas em delitos no âmbito esportivo entre janeiro de 2015 e maio de 2018

Considerando o período de janeiro de 2015 e maio de 2018, dos delitos praticados em âmbito esportivo, não exclusivamente do Estatuto do Torcedor, procedeu-se à divisão por ano e quantidade de pessoas – o que totaliza 744.

Ano	Quantidade de pessoas
2015	238
2016	275
2017	140
2018	91

Tabela 3. Divisão dos processos por ano

Esta tabela apresenta a divisão da quantidade de processos (238) por ano.

Ano	Quantidade de processos
2015	55
2016	102
2017	48
2018	33

Tabela 4. Divisão de processos relacionados às condutas do art. 41-B por ano

Esta tabela apresenta os processos divididos por ano envolvendo as condutas do art. 41-B. No período de análise (janeiro de 2015 a maio de 2018), foram verificados 106 processos que envolviam o art. 41-B em qualquer de suas modalidades.

Ano	Processos por ano: art. 41-B
2015	33
2016	31
2017	25
2018	17

Tabela 5. Divisão dos torcedores de acordo com o pertencimento ou não a torcida organizada

Esta tabela apresenta a divisão dos torcedores envolvidos em algum comportamento do art. 41-B do Estatuto do Torcedor, segundo o pertencimento ou não a alguma torcida organizada.

Integrantes de subgrupo	407	84%
Não-integrantes de subgrupo	77	16 %

Tabela 6. Faixa etária dos membros de subgrupos

Esta tabela apresenta o perfil dos membros de subgrupos, de acordo com a faixa etária, considerando a quantidade de 407.

Faixa etária	Quantidade de Pessoas	Porcentagem
18 a 23 anos	128	31,44%
24 a 29 anos	154	37,83%
30 a 35 anos	79	19,41%
36 a 54 anos	45	11,05%
Não consta	1	0,24%

Tabela 7. Grau de escolaridade dos membros de subgrupos

Esta tabela apresenta o perfil dos membros de subgrupos, de acordo com o grau de escolaridade, considerando a quantidade de 407.

Escolaridade	Quantidade de pessoas	Porcentagem
1º Grau completo	71	17,44%
1º Grau incompleto	7	1,71%
2º Grau completo	202	49,63%
2º Grau incompleto	28	6,87%
Superior completo	23	5,65%
Superior incompleto	26	6,38%
Não consta	50	12,28%

Tabela 8. Dados relativos aos injustos de posse

Esta tabela apresenta os dados relativos somente aos injustos de posse (art. 41-B, parágrafo 1º, inc. II), no mesmo período de análise (janeiro de 2015 a maio de 2018), considerando o total de 230 pessoas.

Integrantes de subgrupo	208	90%
Não-integrantes de subgrupo	22	10%

Tabela 9. Faixa etária dos membros de subgrupos envolvidos com injustos de posse

Esta tabela apresenta o perfil dos membros de subgrupos envolvidos com injustos de posse, de acordo com sua faixa etária, considerando a quantidade de 230.

Faixa etária	Quantidade de pessoas	Porcentagem
18 a 23 anos	80	34,78%
24 a 29 anos	88	38,32%
30 a 35 anos	40	17,39%
36 a 54 anos	21	9,13%
Não consta	1	0,43%

Tabela 10. Grau de escolaridade dos membros de subgrupos envolvidos com injustos de posse

Esta tabela apresenta o perfil dos membros de subgrupos envolvidos com injustos de posse, de acordo com seu grau de escolaridade, considerando a quantidade de 230.

Escolaridade	Quantidade de Pessoas	Porcentagem
1º Grau completo	43	18,69%
1º Grau incompleto	2	0,86%
2º Grau completo	117	50,86%
2º Grau incompleto	10	4,34%
Superior completo	14	6,08%
Superior incompleto	13	5,65%
Não consta	31	13,47%

Tabela 11. Total de objetos apreendidos nos processos envolvendo o injusto de posse

Esta tabela apresenta o total de objetos apreendidos, divididos por espécies.

Objeto	Quantidade	Porcentagem
Bastão de madeira	120	29,70%
Barra de ferro	83	20,54%
Explosivo	6	1,48%
Rojões	104	25,74%
Sinalizador	22	5,44%
Soco inglês	5	1,23%
Escavadeira	1	0,24%
Pé de cabra	1	0,24%
Baquetas de madeira	3	0,74%
Faca/facão	2	0,49%
Pedras	24	5,94%
Cano plástico	33	8,16%

Tabela 12. Soma do número de vezes em que cada objeto foi mencionado nos processos envolvendo o injusto de posse

Esta tabela apresenta a soma do número de vezes que o objeto foi relacionado a processos envolvendo o injusto de posse, sem levar em conta a quantidade.

Objeto	Quantidade	Porcentagem
Bastão de madeira	12	19,6721%
Barra de ferro	9	14,7541%
Explosivo	5	8,19672%
Rojões	13	21,3115%
Sinalizador	9	14,7541%
Soco inglês	3	4,91803%
Escavadeira	1	1,63934%
Pé de cabra	1	1,63934%
Baquetas de madeira	1	1,63934%
Faca/facão	2	3,27869%
Pedras	4	6,55738%
Cano plástico	1	1,63934%

APÊNDICE 2. SITUAÇÕES QUE ENVOLVERAM INSTRUMENTOS DESTINADOS À PRÁTICA DE VIOLÊNCIA

1. Introdução e objetivo

Com o objetivo materializar a discussão levada a cabo durante toda a tese, bem como de demonstrar a realidade fenomênica, buscou-se, junto a alguns processos em trâmite – ou que tramitaram –, pelo Anexo de Defesa do Torcedor, situações que envolveram a posse ou mesmo a utilização de objetos contundentes, os quais foram apreendidos (com exceção do item vii abaixo) e que levaram à tipificação do art. 41-B, parágrafo 1º, inc. II do Estatuto do Torcedor. As fotografias foram captadas, preferencialmente, em laudos periciais que instruíram os processos selecionados ou pela investigação realizada pela autoridade policial em imagens de câmera (item vii). Visou-se, outrossim, demonstrar a realidade de fatos que estão presentes no universo dos torcedores, especificamente, o confronto entre torcidas de equipes de divisão inferior, entre membros de mesma torcida, entre torcidas de equipes diversas, situação de objeto oculto pelo torcedor ao ingressar no estádio ou pela própria torcida no interior do Estádio, utilização de rojão por torcedor individual e dano ao patrimônio público.

2. Processos consultados

Foram consultados 10 processos, os quais indicamos abaixo, divididos por número. (I) 1503900-97.2019.8.26.0050; (II) 0015644-03.2018.8.26.0050. Diante do número elevado de pessoas (crime multitudinário), este foi desmembrado também nos processos n. 0023827-60.2018.8.26.0050, 0023835-37.2018.8.26.0050, 0023838-89.2018.8.26.0050; (III) 0068373-40.2017.8.26.0050; (IV) 0086168-59.2017.8.26.0050; (V) 0103586-78.2015.8.26.0050; (VI) 0053979-91.2018.8.26.0050; (VII) 0027823-37.2016.8.26.0050.

3. Objetos apreendidos

(i) Briga entre torcidas de equipes de divisão inferior. Apreensão de objetos (bastões de madeira e barras de ferro) com torcidas organizadas de duas equipes de divisões inferiores do futebol paulista. Os objetos foram escondidos no portão de acesso do time visitante em virtude de conflito anterior entre as aludidas torcidas organizadas. Integrantes da torcida organizada da equipe mandante dirigiram-se até o local e houve a contenda.

Imagem 1. Bastões de madeira e barras de ferro

(ii) Briga entre membros de mesma torcida organizada. Objetos apreendidos em razão de um conflito interno, entre membros da mesma torcida organizada, por disputa interna de poder. Integrantes de uma das subseções levaram, para um confronto antes de uma partida, vinte e quatro bastões de madeira dentro de uma capa de violão, nove barras de ferro, três socos-ingleses, doze rojões em um saco, pedras, um facão e dois explosivos. Os grupos se encontraram nas imediações do estádio, local da partida, oportunidade em que ocorreu o conflito.

Imagem 2. Três socos-ingleses

Imagem 3. 9 canos de ferro oxidados medindo 155 centímetros (Laudo Pericial n. 92667/2018)

Fotografia 1. Objeto motivo da perícia

Era o que havia a relatar.

Imagem 4. 24 bastões de madeira, com peso em média de 1,030 kg, medindo entre 68 centímetros e 147 centímetros (Laudo Pericial n. 92677/2018)

Imagem 5. Facão

Imagem 6. Rojões

Imagem 7. Bombas

Imagem 8. 12 unidades de foguetes e 2 bombas pirotécnicas (Laudo Pericial do Esquadrão de bombas n. 034/202/18)

Imagem 9. Pedras grandes com peso total de 1980 gramas (Laudo Pericial n. 92400/2018)

(iii) Objetos ocultos no interior do estádio. Objetos escondidos no interior do estádio, em uma lanchonete, por membros de torcida organizada, próximo ao local destinado a ela na arquibancada.

Imagem 10. 33 canos de PVC, com diâmetros variando entre 2 a 4 centímetros (Laudo Pericial n. 176967/2017)

(iv) Objeto (soco inglês) oculto no tênis. Em revista para ingresso no estádio, referido objeto foi apreendido dentro do tênis do torcedor membro de torcida organizada, quando tentava ingressar no local do evento (Laudo pericial n. 480.947/2017).

Imagem 11. Soco inglês apreendido (Laudo Pericial n. 480.947/2017)

Imagem 12. Soco inglês apreendido (Laudo Pericial n. 480.947/2017)

(v) Posse performática. Torcedor individual (não organizado), na porta do estádio, dispara um rojão em direção aos policiais, sendo que um deles restou ferido.

Imagem 13. Rojão ou “foginete” com bombas de “tiro seco” (Laudo Pericial ou Relatório Técnico n. 4BPChq – 218/31/15)

(vi) Dano ao patrimônio público. Após as finais do campeonato, um grupo de torcedores organizados apoiadores da equipe perdedora promoveu, com a utilização de objetos contundentes (bastões de madeira), uma série de danos ao patrimônio da

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, bem como agrediram os agentes de segurança da Companhia.

Imagem 14. 8 bastões de madeira, em formato cilíndrico, medindo aproximadamente 1 metro e 1 metro e 20 centímetros (Laudo Pericial n. 386.415/2018)

2- Peças examinadas.

(vii) Posse performática e briga entre torcidas organizadas de equipes diferentes. No trajeto até o local da partida, torcidas organizadas de equipes diversas, encontraram-se em determinada estação da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e, com a utilização de rojões e outros objetos contundentes, passaram a se agredir mutuamente. Não houve apreensão de objetos.

Imagem 15. Briga entre torcidas organizadas captada pelas câmeras de vigilância da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Imagem 16. Briga entre torcidas organizadas captada pelas câmeras de vigilância da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Imagem 17. Briga entre torcidas organizadas captada pelas câmeras de vigilância da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Imagem 18. Briga entre torcidas organizadas captada pelas câmeras de vigilância da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Anote-se que, a fim de evitar a identificação dos sujeitos, houve a edição da fotografia para preservação da imagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos acadêmicos

ALBRECHT, Hans-Jörg. Violencia y deporte. Fenomenología, explicación y prevención. *Revista Penal*, n.7, 2001.

ALMEIDA, Candido Mendes de. *Código Philippino ou ordenações e leis do Reino de Portugal*. 14ª edição Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870, livro V.

AMBOS, Kai. Posse como delito e a função do elemento subjetivo. Reflexões desde uma perspectiva comparada. Tradução de Paulo Rodrigo Alflen. In: AMBOS, Kai. *Ensaaios de Direito Penal e Processual Penal*. São Paulo: Marcial Pons Brasil, Cedpal, 2016.

ANTOLISEI, Francesco. *Manuale di diritto penale*. 30ª edição Aggiornata e integrata da Luigi Conti. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1994.

BARRETO MUÑOZ, José. *Protagonistas contra la violencia en el deporte*. Madri: Editorial Fragua, 2009.

BATISTA, Nilo. *Apontamentos para uma história da legislação penal brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2017.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. *Bem jurídico-penal*. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 2ª edição São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. 2ª edição São Paulo: Editora 34, 2016.

BECKER, Howard S. *Outsider. Estudos de sociologia do desvio*. Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELING, Ernst von. *Esquema de derecho penal. La doctrina del delito – tipo*. Buenos Aires: Libreria El Foro, 2002.

BENÍTEZ ORTÚZAR, Ignacio Francisco. *El delito de ‘fraudes deportivos’. Aspectos criminológicos, político-criminales y dogmáticos del artículo 286bis.4 del Código Penal*. Madri: Dykinson S.L., 2011.

BENÍTEZ ORTÚZAR, Ignacio Francisco. (coord.). *Tratamiento jurídico penal y procesal del dopaje en el deporte*. 1ª edição Madri: Dykinson S.L., 2015.

BETTIOL, Giuseppe. *Derecho penal: parte general*. Tradução de José León Pagano. 4ª edição Buenos Aires: Rodamillans S.R.L, 1958.

BIRNBAUM, Johann Michael Franz. *Sobre la necesidad de una lesión de derechos para el concepto de delito*. Buenos Aires: IBdef, 2010.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal. Parte geral*. 16ª edição São Paulo: Saraiva, 2011.

BORGES, Paulo César Correa Borges. Direito penal mínimo e contravenção penal de vadiagem. In: BORGES, Paulo César Corrêa (org). *Leituras de um realismo jurídico-penal marginal: Homenagem a Alessandro Baratta*. São Paulo: NETPDH; Cultura Acadêmica Editora, 2012.

BORJA JIMENEZ, Emiliano. Funcionalismo y acción. Tres ejemplos en las contribuciones de Jakobs, Roxin y Gimbernat. *Estudios penales y criminológicos XVII*, Santiago de Compostela, n. 17, 1994.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. *Crimes de perigo abstrato e princípio da precaução na sociedade de risco*. 3ª edição São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BOUYSSOU, Norma I. Delitos de posesión – de nuevo sobre su escenario respecto de la acción. A su vez, una consideración a tenencia de pornografía infantil para uso propio. In: FAYET JÚNIOR, Ney, MAYA, André Machado (orgs.). *Ciências penais: perspectivas e tendências da contemporaneidade*. Curitiba: Juruá, 2011.

BRASIL. CBJD. *Código Brasileiro de Justiça Desportiva*. Reformado pela Resolução CNE n. 29, de 10.12.2009. São Paulo: IBDD Instituto Brasileiro de Direito Desportivo, 2010.

BRANDÃO, Cláudio. Teorias da conduta no direito penal. *Revista de informação legislativa*. Brasília, ano 37, n. 148, out/dez. 2000.

BRANDÃO, Cláudio. *Tipicidade penal. Dos elementos da dogmática ao giro conceitual do método entimemático*. 2ª edição. Coimbra: Almedina, 2012.

BRUNO, Aníbal. *Direito penal. Parte geral. Tomo I*. 3ª edição Rio de Janeiro: Forense, 1967.

BRUNO, Aníbal. *Direito penal. Tomo II*. 3ª edição Rio de Janeiro: Forense, 1967.

BUSATO, Paulo Cesar. *Direito penal e ação significativa*. 2ª edição Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BUSATO, Paulo Cesar. Uma crítica aos delitos de posse a partir do conceito de ação significativa: conexões entre o civil law e o common law nas teses de Tomás Vives Antón e George Fletcher. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição São Paulo: LiberArs, 2016.

CAMPOS, Francisco. *Exposição de motivos da Lei das Contravenções Penais*. Rio de Janeiro: Forense, Revista Forense, v. 88, dez., 1941.

CAMPOS, Francisco. Exposição de motivos do código penal. In: HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. Tomo I. 3ª edição Rio de Janeiro: Forense, 1955, v. I.

CARVALHO, Márcio Augusto Friggi de. *Crimes multitudinários. Homicídio perpetrado por agentes em multidão*. Curitiba: Juruá, 2006.

CARRARA, Francesco. *Programa de direito criminal: parte geral*. Tradução de José Luiz V. de A. Franceschini e J.R. Prestes Barra São Paulo: Saraiva, 1956, v. I.

CEREZO MIR, José. *Curso de derecho penal español: parte general. Teoría jurídica del delito*. 6ª edição. Madri: Tecnos, 1998, v. II.

COHEN, Albert K. *Delinquent Boys: The culture of the gangs*. Nova York. The Free Press: Collier Macmillan Publishers, 1955.

COPETTI, André. *Direito penal e estado democrático de direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

CORTÉS BECHIARELLI, Emilio. *El delito de dopaje*. Valência: Tirant lo Blanch, 2007.

CORTÉS BECHIARELLI, Emilio. *El delito de corrupción deportiva*. Valência: Tirant lo Blanch, 2012.

COSTA JÚNIOR, Paulo José. *Curso de direito penal*. 12ª edição São Paulo: Saraiva, 2010.

COX LEIXELARD, Juan Pablo. Conduta e silogismo prático nos crimes de posse. Tradução de José Danilo Tavares Lobato e Fernanda Francisca de Souza Freixinho. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição São Paulo: LiberArs, 2016.

COX LEIXELARD, Juan Pablo. *Delitos de posesión: bases para una dogmática*. Buenos Aires: IBdef, 2012.

CRETELLA JUNIOR, José. *Curso de Direito romano*. 1ª edição Rio de Janeiro: Forense, 1968.

CUESTA PASTOR, Pablo. *Delitos de obstáculo. Tensión entre política criminal y teoría del bien jurídico*. Granada: Comares, 2002.

D'ÁVILA, Fábio Roberto. A ação como conceito compreensivo do agir e omitir: linhas críticas ao conceito de ação como Oberbegriff. In: FAYET JÚNIOR, Ney (org.). *Ensaio penais em homenagem ao Professor Alberto Rufino Rodrigues de Sousa*. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2003.

D'ÁVILA, Fábio Roberto. O espaço do direito penal no século XXI: sobre os limites normativos da política criminal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, v. 15, n. 64, jan./fev., 2007.

D'ÁVILA, Fábio Roberto, MACHADO, Tomás Grings. Primeiras linhas sobre o fundamento onto-antropológico do direito penal e sua ressonância em âmbito normativo. In: FAYET JÚNIOR, Ney, MAYA, André Machado (orgs.). *Ciências penais: perspectivas e tendências da contemporaneidade*. Curitiba: Juruá, 2011.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª edição Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DE BEM, Leonardo Schmitt. *Direito penal desportivo. Homicídios e lesões no âmbito da prática desportiva*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Temas básicos da doutrina penal. Sobre os fundamentos da doutrina penal. Sobre a doutrina geral do crime*. Coimbra: Coimbra editora, 2001, 5º tema.

DIAS, Jorge de Figueiredo, ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia. O Homem delinquente e a sociedade criminógena*. 1ª edição Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. De la sociedad del riesgo a la seguridad ciudadana: un debate desenfocado. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, n. 07-01, 2005.

DOTTI, René Ariel. O direito penal das contravenções. *Ciência Penal*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1976.

DOTTI, René Ariel. *Curso de direito penal. Parte geral*. 3ª edição São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DUNNING, Eric. Hooliganismo no futebol como um fenômeno europeu e mundial. Tradução de Glauber Lemos. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*, v. 14, n. 2.

DRUMMONT, LIMA. Direito Criminal (prelecções) *apud* SILVA, Antonio José da Costa e. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

ECKSTEIN, Ken. Fundamentos e problemas atuais dos delitos de posse. Edv, Eu, Leis Jurídicos-Penais modificadoras, concursos. Tradução de Humberto Souza Santos. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição São Paulo: LiberArs, 2016.

ECKSTEIN, Ken. Besitz als Straftat *apud* SANTOS, Humberto Souza. A configuração típica dos delitos de posse. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição São Paulo: LiberArs, 2016.

ECKSTEIN, Ken. Besitz als Straftat *apud* PASTOR MUÑOZ, Nuria. *Los delitos de posesión y los de estatus: una aproximación político-criminal y dogmática*. Barcelona: Atelier, 2005.

ELBERT, Carlos. *Franz Von Liszt: teoría y práctica en la política-criminal (1899-1919)*. Barcelona: Bosch Editor, 2018.

ELIZALDE, Patricia N. *El derecho contravencional. Bases para una teoría sistémica-dinámica*. Buenos Aires: Cathedra Jurídica, 2011.

ERNST MAYER, Max. *Derecho penal: parte general*. Tradução de Sergio Politoff Lifschitz. Rev. José Luis Guzmán Dalbora Buenos Aires: Ibdef, 2007.

FALCONE, Andrés. O conceito normativo de conduta jurídico-penal: a conduta como primeiro estágio da imputação à liberdade pessoal. Tradução de José Roberto Macri Jr. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição São Paulo: LiberArs, 2016.

FALCONE, Andrés. El concepto normativo de conducta jurídico-penal. La conducta como primer estadio de la imputación a la libertad personal. In: SCHROEDER, Friedrich-Christian, ECKSTEIN, Ken, FALCONE, Andrés (coords.). *Delitos de posesión o tenencia. Estudios de derecho penal, partes general y especial, y de derecho procesal penal*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2016.

FARIA, Bento de. *Das contravenções penais*. Rio de Janeiro: Récord Editôra, 1958.

FERRARO, Leonardo. A independência da Justiça Desportiva. In: VARGAS, Angelo (coord). *Direito desportivo. Temas transversais*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5ª edição Curitiba: Positivo, 2010.

FEUERBACH, Anselm von. *Tratado de derecho penal*. Tradução da 14ª edição Alemã. Eugenio Raúl Zaffaroni e Irma Hagemeyer. 1ª edição Buenos Aires: Hamurabi, 2007.

FIANDACA, Giovanni; MUSCO, Enzo. *Derecho penal: parte general*. Tradução de Pablo Eiro. Bogotá: Editorial Temis S.A., 2006.

FIGUEIREDO, Antonio (1918). História do football em São Paulo. In: GAMBETA, Wilson (org). *Primeiros passes. Documentos para a história do futebol em São Paulo (1897-1918)*. São Paulo: Edições Ludens, 2014.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de direito penal. Parte geral*. 2ª edição. São Paulo: José Bushatsky Editor, 1977.

FREIXO, Adriano de. *Futebol: o outro lado do jogo*. São Paulo: Desatino, 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª edição São Paulo: Global Editora, 2003.

GALEANO, Eduardo. *Futebol ao sol e à sombra*. Tradução de Eric Nepomuceno e Maria do Carmo Brito. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GALLAS, Wilhelm. *La teoría del delito en su momento actual*. Tradução de Juan Córdoba Roda. Madri: IBdef, 2018.

GALVÃO, Fernando. *Direito penal. Parte geral*. 2ª edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

GAMBETA, Wilson (org.). *Primeiros passes. Documentos para a história do futebol em São Paulo (1897-1918)*. São Paulo: Edições Ludens, 2014.

GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. *Criminología. Una introducción a sus fundamentos teóricos*. 8ª edição Valência: Tirant lo Blanch, 2016.

GARCÍAPABLOS DE MOLINA, Antonio. *Tratado de criminología*. 5ª edição Valência: Tirant lo Blanch, 2014.

GARCIA VALDECASAS, Guillermo G. *La posesión*. Granada: Colmares, 2006.

GIDE, Antônio. A teoria de Rudolf Von Ihering e sua repercussão na disciplina da posse do código civil brasileiro. *Ciência Jurídica*, ano VI, v. 45, maio/junho de 1992.

GIMBERNAT ORDEIG, Enrique. *Sobre los conceptos de omisión y comportamiento*. Ministerio de Justicia, Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales, Madri, Tomo XV, fascículo 3, março, 1987.

GIMBERNAT ORDEIG, Enrique. *Estudios sobre el delito de omisión*. 2ª edição Buenos Aires: IBdef, 2013.

GIUNTA, Fausto. Deporte y derecho penal: A propósito de la “calciopoli”. Tradução de Ignacio Francisco Benítez Ortúzar. In: CUEVA, Lorenzo Morillas, MANTOVANI, Ferrando (dir), ORTÚZAR, Ignacio Benítez (coord). *Estudios sobre derecho y deporte*. Madri: Dykinson, S.L, 2008.

GOMES DE LA TORRE, Ignácio Berdugo; CERINA, Giorgio. Algunos aspectos del nuevo delito de corrupción en el deporte. In: GOMES DE LA TORRE, Ignácio Bedugo, BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva (coords.). *Estudios sobre la corrupción. Una reflexión hispano brasileña*. Salamanca: Universidad de Salamanca.

GRECO, Luís. Tem futuro o conceito de ação? In: GRECO, Luís, LOBATO, Danilo (coords.). *Temas de direito penal. Parte geral*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

GUARAGNI, Fábio André. Aspectos penais do cambismo nos espetáculos esportivos: A lei de economia popular e o Estatuto do Torcedor. In: BEM, Leonardo Schmitt, VICENTE MARTÍNEZ, Rosario de (coords.). *Direito desportivo e conexões com o direito penal*. São Paulo: Juruá, 2014.

GUILHON, Marcelo Faria. Sob a pena da lei: princípios constitucionais, o Estatuto do Torcedor e o cerco às torcidas organizadas no Brasil. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque, AGUILAR, Onésimo Rodríguez (orgs.). *Torcidas organizadas na América Latina. Estudos contemporâneos*. 1ª edição. Rio de Janeiro: 7letras, 2017.

GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil. Uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2014.

HARTMUT LESCH, Heiko. *El concepto de delito. Las ideas fundamentales de una revisión funcional*. Buenos Aires: Marcial Pons, 2016.

HASSEMER, Winfried, MUÑOZ CONDE, Francisco. *Introducción a la criminología y a la política criminal*. Valência: Tirant lo Blanch, 2012.

HASSEMER, Winfried. *Fundamentos del Derecho Penal*. Tradução de Francisco Muñoz Conde e Luis Arroyo Zapatero. Barcelona: Bosch, 1984.

HEFENDEHL, Roland. *La teoría del bien jurídico. ¿Fundamentos de legitimación del Derecho penal o juego de abalorios dogmáticos?* Madri: Marcial Pons, 2007.

HERRERO HERRERO, César. *Criminología. Parte general y especial*. 3ª edição Madri: Dykinson, 2007.

HOLLANDA, Bernardo Buarque de. Torcida, hinchada e barras: a problemática torcedora em escala continental. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque, AGUILAR, Onésimo Rodríguez (orgs.). *Torcidas organizadas na América Latina. Estudos contemporâneos*. 1ªedição Rio de Janeiro: 7letras, 2017.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque, MELO, Victor Andrade de (coords.). *A torcida brasileira*. Rio de Janeiro: 7letras, 2012.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque, AGUILAR, Onésimo Rodríguez (orgs.). *Torcidas organizadas na América Latina. Estudos contemporâneos*. 1ªedição Rio de Janeiro: 7letras, 2017.

HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1ªedição Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal. Tomo II*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1955, v. I.

IBARS VELASCO, Daniel. El delito de dopaje en el deporte. *Revista Aranzadi de Derecho de deporte y entretenimiento*, n. 14. Pamplona: Thomson Reuters, 2017.

IHERING, Rudolf Von. *Teoria simplificada da posse*. Tradução de Adherbal de Carvalho. 1ª edição Clássicos do Direito Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1986, v. 6.

IHERING, Rudolph Von. *La voluntad en la posesión*. Tradução de Adolfo Posada. Madri: Reus, S.A, 2003.

IHERING, Rudolph Von. *La teoría de la posesión*. Tradução de Adolfo Posada. Madri: Reus, 2004.

JAÉN VALLEJO, Manuel. *El concepto de acción en la dogmática penal*. Madri: Colex, 1994.

JAKOBS, Günther. Criminalización en el estadio previo a la lesión de un bien jurídico. Tradução de Enrique Peñaranda Ramos. In: *Bases para una teoría funcional del derecho penal*. Lima: Palestra Editores, 2000, p. 209-248.

JAKOBS, Günther. El concepto jurídico-penal de acción. Tradução de Manuel Cancio Meliá. In: *Moderna dogmática penal. Estudios compilados*. México: Editorial Porrúa, 2006.

JAKOBS, Günther. *Derecho penal. Parte general. Fundamentos y teoría de la imputación*. Tradução de Joaquin Cuello Contreras y Jose Luis Serrano Gonzalez de Murillo. 2ª edição Madri: Marcial Pons, 1997.

JAKOBS, Günther. *¿Qué protege el Derecho Penal: bienes jurídicos o la vigencia de la norma?* Tradução de Manuel Cancio Meliá. Mendoza: Ediciones Jurídicas Cuyo, 2004.

JESCHECK, Hans-Heinrich, WEIGEND, Thomas. *Tratado de derecho penal. Parte general*. Tradução de Miguel Olmedo Cardenete. 5ª edição Granada: Colmares, 2002.

JESCHECK, Hans-Heinrich. *Tratado de derecho penal*. Tradução de José Luis Manzanares Samaniego. 4ª edição Granada: Editorial Comares, 1993.

JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis. *Tratado de Derecho Penal: Tomo III. El delito*. 2ª edição Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1958.

JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis. *Tratado de Derecho Penal: Tomo III. El delito*. 3ª edição Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1965.

JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis. *Crónicas del crimen*. 3ª edição. Buenos Aires: Editora Inter-Americana, 1944.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; VANZOLINI, Patrícia. *Manual de direito penal*. São Paulo: Saraiva, 2013.

KAUFMANN, Armin. *Dogmática de los delitos de omisión*. Madri: Marcial Pons, 2006.

KAUFMANN, Armin. *Estudios de derecho penal*. Buenos Aires: IBdef, 2013.

KINDHÄUSER, Urs. Estructura y legitimación de los delitos de peligro del Derecho penal. Tradução de Núria Pastor Muñoz. *INDRET – Revista para el Análisis del Derecho*, Barcelona, n. 1, fevereiro, 2009.

LAGODNY, Otto. Strafrecht vor den Schranken der Grundrechte *apud* SCHROEDER, Friedrich-Cristian. A posse como fato punível. Tradução de Gustavo de Carvalho Marin. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição São Paulo: LiberArs, 2016.

LAGODNY, Otto. Strafrecht vor den Schranken der Grundrechte *apud* ROXIN, Claus. Crimes de posse. Tradução José Danilo Tavares Lobato. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição São Paulo: LiberArs, 2016.

LLOBET ANGLÍ, Mariona. Tema 18 Delitos contra el orden público. In: SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María (dir.), RAGUÉS I VALLÈS, Ramon (coord.). *Lecciones de derecho penal. Parte especial*. 4ª edição. Barcelona: Atelier, 2015.

LOBATO, José Danilo Tavares. Panorama dos crimes de posse. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição São Paulo: LiberArs, 2016.

LUIZI, Luiz. *Os princípios constitucionais penais*. 2ª edição Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

LUIZI, Luiz. Sôbre Cesare Beccaria. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 60, jan. 1965.

MACHADO, Alcantara. *Projeto do Código Criminal Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MADRENAS I BOADAS, Carme. Una visión de la teoría de las subculturas criminales: Albert K. Cohen, Y Richard A. Cloward Y Lloyd E. Ohlin. *Revista Doctrina Penal. Teoría y Práctica en las Ciencias Penales*. Ano 5, n. 17 a 20, Buenos Aires: Ediciones Depalma, 1982.

MAGNINI, Valentina. Las medidas jurídico-penales contra la violencia con ocasión de manifestaciones deportivas en Italia: los delitos previstos en La L. 401 de 1989. In: MORILLAS CUEVA, Lorenzo, MANTOVANI, Ferrando (dir), ORTÚZAR, Ignacio Benítez (coord). *Estudios sobre derecho y deporte*. Madri: Dykinson S.L, 2008.

MAHIQUES, Ignacio. El estado policial y sus proveedores de “legitimación”: una crítica en torno a los discursos modernos del poder. *Revista de derecho penal y procesal penal*, Buenos Aires, n. 6, jun. 2012.

MALAIA, João M.C. Torcer, torcedores, torcedoras, torcida (bras.): 1910-1950. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque, MELO, Victor Andrade de (coords.). *A torcida brasileira*. Rio de Janeiro: 7letras, 2012.

MANTOVANI, Ferrando. El fútbol: deporte criminógeno. Tradução de Ignacio Francisco Benítez Ortúzar. In: MORILLAS CUEVA, Lorenzo, MANTOVANI, Ferrando (dir.), BENÍTEZ ORTÚZAR, Ignacio (coord.). *Estudios sobre derecho y deporte*. Madri: Dykinson, S.L, 2008.

MANTOVANI, Ferrando. *Diritto penale. Parte generale*. 9ª edição Pádova: Wolters Kluwer/Cedam, 2015.

MATA, João da. Da arte-luta da capoeira angola ao anarquismo somático. *Verve: revista semestral do Nu-Sol - Núcleo de Sociabilidade Libertária*, São Paulo, n. 27, jan./jun. 2015.

MARINUCCI, Giorgio. *El delito como 'acción'. Crítica de un dogma*. Tradução de José Eduardo Sáinz-Cantero Caparrós. Madri: Marcial Pons, 1998.

MARQUES, José Frederico. *Curso de direito penal*. São Paulo: Saraiva, 1956.

MARQUES, Oswaldo Henrique Duek. *Contribuições para compreensão do nazismo: A psicanálise e Erich Fromm*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

MARQUES, Oswaldo Henrique Duek. *Fundamentos da pena*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARTÍNEZ-BUJÁN PÉREZ, Carlos. Acción, norma y libertad de acción en un nuevo sistema penal. In: GARCIA VALDÉS, Carlos, CUERDA RIEZU, Antonio, MARTÍNEZ ESCAMILLA, Margarita, ALCÁCER GUIRAO, Rafael, MARISCAL DE GANTE, Margarita Valle (coords.). *Estudios Penales en homenaje a Enrique Gimbernat*. Madri: Edisofer, 2008, tomo I.

MASSARI, Eduardo. Le dottrine generali *apud* JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis. *Tratado de Derecho Penal: Tomo III. El delito*. 3ª edição Buenos Aires: Editorial Losada S.A, 1965.

MATTOS, Roberto Jaguaribe Gomes de, MOURA, Liliam Chagas. O modelo inglês: o futebol como negócio. In: *Mundo Afora. Planejamento e gestão no futebol*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2015.

MEZGER, Edmund. *Derecho penal. Libro de estudios: parte general*. Buenos Aires: Bibliografica Argentina, 1958.

MEZGER, Edmund. *Tratado de derecho penal*. Tradução de José Arturo Rodríguez Muñoz. 1ª edição. Buenos Aires: Hammurabi, 2010, v. 1.

MILLS, John. *Charles Miller. O pai do futebol brasileiro*. São Paulo: Panda Books, 2005.

MIR PUIG, Santiago. *Derecho penal. Parte general*. 9ª edição Barcelona: Editorial Reppertor, 2011.

MELO, Victor Andrade de. Sportsmen: os primeiros momentos da configuração de um público esportivo no Brasil. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque, MELO, Victor Andrade de (orgs.). *A torcida brasileira*. Rio de Janeiro: 7letras, 2012.

MOMMSEN, Theodor. *El derecho penal romano*. Tradução de Pedro Dorado. Madri: La España Moderna, 1905.

MORAES, Benjamin. *Dos crimes sem ação*. Rio de Janeiro: Tip. H. Velho, 1941.

MORAES, Guilherme Campos de, LEITE, João Marcelo. O torcedor nas arquibancadas e os meios de controle social. In: VARGAS, Angelo (org). *Direito desportivo. Racismo, homofobia, bullying, violência e justiça desportiva*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015.

MORILLAS CUEVA, Lorenzo. Tratamiento legal de la violencia en el deporte. Especial consideración a la producida con ocasión de espectáculos deportivos. In: MORILLAS CUEVA, Lorenzo, MANTOVANI, Ferrando (dir), ORTÚZAR, Ignacio Benítez (coord). *Estudios sobre derecho y deporte*. Madri: Dykinson S.L, 2008.

MORILLAS CUEVA, Lorenzo. Construcción y demolición de la teoría de la acción. In: GARCÍA VALDÉS, Carlos (org.). *Estudios penales en homenaje a Enrique Gimbernat II*. Madri: Edisofer, 2008.

MUÑOZ CONDE, Francisco, GARCÍA ARÁN, Mercedes. *Derecho penal. Parte general*. 8ª edição Valência: Tirant lo Blanch, 2010.

MUNOZ CONDE, Francisco. *Teoría general del delito*. 4ª edição Valência: Tirant lo Blanch, 2007.

MUÑOZ CONDE, Francisco. *Derecho penal. Parte especial*. 19ª edição Valência: Tirant lo Blanch, 2013.

MUÑOZ CONDE, Francisco. *Derecho penal. Parte especial*. 21ª edição Valência: Tirant lo Blanch, 2017.

MUNOZ CONDE, Francisco. *Edmund Mezger y el Derecho penal de su tiempo. Los orígenes ideológicos de la polémica entre causalismo y finalismo*. Valência: Tirant lo Blanch, 2000.

MUÑOZ CONDE, Francisco. *Edmund Mezger y el derecho penal de su tiempo. Estudios sobre el derecho penal en el nacionalsocialismo*. 4ª edição Valência: Tirant lo Blanch, 2003.

MUÑOZ CONDE, Francisco. *La herencia de Franz von Liszt*. Del. Azcapotzalco, México, DF: Ubijus, Editorial, Série Direito Penal, 2011.

MUÑOZ CONDE, Francisco; CHIESA, Luis Ernesto. A exigência de ação (act requirement) como um conceito básico do Direito penal. *Revista Justiça e sistema criminal: modernas tendências do sistema criminal*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 3-21., jul./dez. 2009.

MURAD, Maurício. *Para entender a violência no futebol*. 1ª edição São Paulo: Saraiva/Benvirá, 2012.

NESTLER, Cornelius. O princípio da proteção de bens jurídicos e a punibilidade da posse de armas de fogo e substâncias entorpecentes. Tradução de José Danilo Tavares Lobato. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.).

Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia. 1ª edição São Paulo: LiberArs, 2016.

NORONHA, E. Magalhães. Da natureza jurídica das contravenções. *Revista Brasileira de Criminologia e Direito Penal*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 15, p. 53-62, out./dez. 1966.

NORONHA, E. Magalhães. *Direito penal*. 7ª edição. São Paulo: Saraiva, 1971.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis penais e processuais penais comentadas*. 7ª edição São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, v. I.

OTTO, Haro. *Manual de derecho penal. Teoría general del derecho penal*. Tradução de José R. Béguelin. 7ª edição. Barcelona: Atelier, 2017.

PADOVANI, Tullio. La tradizione penalistica toscana nel código zanardelli. In: VINCIGUERRA, Sergio (coord). *I codici preunitari e il código zanardelli. Diritto penale dell'ottocento*. Padova: Cedan, 1999.

PALAZZO, Francesco. *Corso di diritto penale. Parte generale*. 5ª edição Torino: G. Giappichelli Editore, 2013.

PASTOR, Daniel R. Problemas processuais dos crimes de posse. *Revista Liberdades*. São Paulo, n.12, jan./abr., 2013.

PASTOR MUÑOZ, Nuria. Abordagem dos delitos de posse e dos delitos de pertencimento. Tradução de Humberto Souza Santos. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição São Paulo: LiberArs, 2016.

PASTOR MUÑOZ, Nuria. *Los delitos de posesión y los delitos de estatus: una aproximación político-criminal y dogmática*. Barcelona: Atelier, 2005.

PASTOR MUÑOZ, Nuria. El hecho: ¿Ocasión o fundamento de la intervención penal? Reflexiones sobre el fenómeno de la criminalización del “peligro de peligro”. In: CANCIO

MELIÁ, Manuel, GÓMEZ-JARA DÍEZ, Carlos (coords.). *Derecho penal del enemigo. El discurso penal de la exclusión*. Buenos Aires: Edisofer e IBdef, 2006.

PASTOR MUÑOZ, Nuria. Reflexiones sobre la legitimidad de la criminalización de la posesión de determinados objetos y de la pertenencia a organización criminal. In: ALONSO RIMO, Alberto, CUERDA ARNAU, María Luisa, FERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Antonio (orgs.). *Terrorismo, sistema penal y derechos fundamentales*. València: Tirant lo Blanch, 2008.

PAVARINI, Massimo. *Corso di istituzioni di diritto penale*. Bolonha: Bolonia University Press, 2013.

PEIXOTO, José Carlos de Matos. *Savigny e o direito romano*. Revista Forense, julho/setembro de 1962, v. 199.

PESSOA, Paula. *Codigo Criminal do Imperio do Brazil: anotado*. Rio de Janeiro: Livraria Popular, 1877.

PIERANGELI, José Henrique. *Códigos penais do Brasil: Evolução histórica*. 2ª edição São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PIERANGELI, José Henrique. *O consentimento do ofendido na teoria do delito*. 3ª edição São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PIMENTEL, Manoel Pedro. *Segurança pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 596, ano 74, jun/1985.

PIMENTEL, Manoel Pedro. *Contravenções penais*. São Paulo: Saraiva, 1975.

POLAINO NAVARRETE, Miguel. *Lecciones de derecho penal: parte general*. 2ª edição Madri: Tecnos, 2016, Tomo II.

POLAINO NAVARRETE, Miguel. ¿Qué queda del concepto de acción en la dogmática actual? Sobre la naturaleza y función del concepto de acción en derecho penal. In:

GARCÍA VALDÉS, Carlos. *Estudios penales en homenaje a Enrique Gimbernat II*. Madri: Edisofer, 2008.

POLAINO-ORTS, Miguel. Delitos de posse como direito penal do inimigo. Tradução de Fábio Casas. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição São Paulo: LiberArs, 2016.

PRADO, Luiz Regis. *Bem jurídico-penal e constituição*. 7ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

RADBRUCH, Gustav. *El concepto de acción y su importancia para el sistema del derecho penal*. Buenos Aires: IBdef, 2011.

RAMACCI, Fabrizio. *Corso di diritto penale*. 2ª edição Torino: G.Giappichelli Editore, 2001.

RAMOS VÁZQUEZ, José Antonio. *Concepción significativa de la acción y teoría jurídica del delito*. Valência: Tirant lo Blanch, 2008.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos, LOPES, Felipe Tavares Paes. O torcedor por detrás do rótulo: caracterização e percepção da violência de jovens torcedores organizados. *Movimento, Revista de Educação Física da UFRGS*, Porto Alegre, v. 21, n. 3, jul./set. de 2016.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos. *Futebol e violência*. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos, LOPES, Felipe Tavares Paes, MARTINS, Mariana Zuaneti. As explicações de Eric Dunning sobre o hooliganismo à luz do contexto brasileiro: uma reflexão crítica. *Revista da Escola de Educação Física da UFRGS*, v.21, n. 3, jul/set, 2015.

REIS, Leticia Vidor de Sousa. A capoeira como Esporte Oficial: a Busca da Homogeneização Nacional *apud* TOLEDO, Luiz Henrique de. *Torcidas Organizadas de Futebol*. Campinas: Autores Associados/Anpocs, 1996.

RÍOS CORBACHO, José Manuel. *Violencia, deporte y derecho penal*. Madri: Reus, S.A., 2014.

RIZZARDO, Arnaldo. *Direito das coisas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ROBLES PLANAS, Ricardo. *Estudo de dogmática jurídico penal: fundamentos, teoria do delito e direito penal econômico*. Tradução de Marília Bassetto. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

ROSA, Mateus Vieira da. *Identidade, significado e imagem do desvio: Uma (re)leitura do fenômeno das torcidas organizadas a partir da criminologia cultural*. Trabalho de Conclusão – Curso de Direito, Departamento de Direito, Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ROXIN, Claus. Crimes de posse. Tradução de José Danilo Tavares Lobato. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição. São Paulo: LiberArs, 2016.

ROXIN, Claus. *Derecho penal. Parte general. Fundamentos. La estructura de la teoría del delito*. Tradução de Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y Garcia Conlledo, Javier de Vicente Remesal. 2ª edição Madri: Civitas, 1997.

ROXIN, Claus, GRECO, Luís, LEITE, Alaor. *Doping e direito penal*. São Paulo: Atlas, 2011.

ROXIN, Claus. Contribución a la crítica de la teoría final de la acción. In: ROXIN, Claus. *Problemas básicos del derecho penal*. Tradução de Diego-Manuel Luzon Peña. Madri: Reus, 1976.

ROXIN, Claus. Franz Von Liszt y la concepción político-criminal de proyecto alternativo. In: ROXIN, Claus. *Problemas básicos de del derecho penal*. Tradução de Diego-Manuel Luzón Peña. Madri: Reus, S.A, 1976.

RUIZ ANTÓN, Luis Felipe. La acción como elemento del delito y la teoría de los actos de habla: cometer delitos con palabras. In: CEREZO MIR, José, SUÁREZ MONTES, Rodrigo F., BERISTAIN IPIÑA, Antonio, ROMEO CASABONA, Carlos M. (eds.). *El nuevo Código Penal: presupuestos y fundamentos. Libro homenaje al Doctor Don Ángel Torío López*. Granada: Comares, 1999.

SAAD-DINIZ, Eduardo. Conduta e silogismo prático nos crimes de posse. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição. São Paulo: LiberArs, 2016.

SABADINI, Patricio Nicolás. A posse de armas de fogo no direito penal argentino: conceituação e distinção entre o ter consigo e o portar, em função do incremento do risco de afetação e da não realização do direito. Tradução de José Roberto Macri Jr. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição. São Paulo: LiberArs, 2016.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. *Finalidades da Pena: conceito material de delito e sistema integral*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. *Tipicidade penal e sociedade de risco*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

SALVADOR NETO, Alamiro Velludo. Lei das contravenções penais – Arts. 1 a 17. In: SALVADOR NETO, Alamiro Velludo (coord.). *Comentários à lei das contravenções penais*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. Breves anotações sobre os crimes de corrupção passiva e corrupção privada na legislação penal espanhola. In: PASCHOAL, Janaína

Conceição, SILVEIRA, Renato de Mello Jorge (coords.). *Livro em homenagem a Miguel Reale Junior*. Rio de Janeiro: Editora G/Z, 2014.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. *Direito penal e propriedade privada. A racionalidade do sistema penal na tutela do patrimônio*. Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

SANCHEZ BERNAL, Javier. *El delito de corrupción deportiva tras la reforma de 2015*. Valência: Tirant lo Blanch, 2018.

SÁNCHEZ RODRÍGUEZ, Sergio. *Masas criminales entre la psicología social y la criminología*. 1ª edição. Santiago: Olejnik, 2017.

SÁNCHEZ RODRÍGUEZ, Sergio. *Subculturas criminales. Un estudio de sociología de la desviación*. Santiago: Ediciones Olejnik, 2017.

SANTOS, Humberto Souza. A configuração típica dos delitos de posse. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição. São Paulo: LiberArs, 2016.

SANTOS, Juarez Cirino. *Direito penal. Parte geral*. 5ª edição. Florianópolis: ICPC, Conceito Editorial, 2012.

SCHROEDER, Friedrich-Christian. A posse como fato punível. Tradução de Gustavo de Carvalho Marin. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição São Paulo: LiberArs, 2016.

SCHÜNEMANN, Bernd. *Fundamentos y límites de los delitos de omisión impropia*. Madri: Marcial Pons, 2009.

SEARA RUIZ, José María, SEDANO JIMÉNEZ, Damián. *Radiografía de los grupos ultras en acontecimientos deportivos*. Madri: Dykinson S.L., 2001.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 7ª edição São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

SILVA, Antonio José da Costa e. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

SILVA, Antonio José da Costa e. *Código Penal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *Tiempos de Derecho Penal*. Buenos Aires: IBdef, 2009.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. ¿Qué queda de la discusión tradicional sobre el concepto de acción? In: DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis, CASABONA, Carlos María Romeo, MARTÍN, Luis Gracia, GUIMERÁ, Juan Felipe Higuera (eds.). *La ciencia del derecho penal ante el nuevo siglo. Libro-homenaje al Profesor Doctor Don José Cerezo Mir*. Madri: Tecnos, 2002.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *Aproximación al derecho penal contemporáneo*. 2ª edição Buenos Aires: IBdef, 2012.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *Eficiência e direito penal*. Tradução de Maurício Antônio Ribeiro Lopez. Barueri: Manole, 2004, Estudos de direito penal, v. 11.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *La expansión del derecho penal: aspectos de la política criminal en las sociedades postindustriales*. 3ª edição. Buenos Aires: IBdef, 2011.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. Sobre los movimientos impulsivos y el concepto jurídico-penal de acción. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madri, v. 44, n. 1, jan./abr., 1991.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *Fundamentos del Derecho penal de la Empresa*. Buenos Aires: Edisofer s.l e IBdef, 2013.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *El delito de omisión. Concepto y sistema*. 2ª edição. Buenos Aires: IBdef, 2013.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *Normas y acciones en Derecho penal*. Buenos Aires: Hammurabi, 2003.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. *Fundamentos da adequação social em direito penal*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. *Direito penal supra-individual: Interesses difusos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. A segurança como critério de estipulação de crimes. In: GRECO, Luís, MARTINS, António Carvalho, MARTINS (orgs.). *Direito penal como crítica da pena: estudos em homenagem a Juarez Tavares por seu 70º aniversário em 2 de setembro de 2012*. Madri: Marcial Pons, 2012.

SIQUEIRA, Galdino. *Tratado de direito penal. Parte geral. Tomo I*. Rio de Janeiro: José Konfino Editor, 1947.

SODRÉ, Muniz. *Mestre Bimba. Corpo de mandinga*. Rio de Janeiro: Manati, 2002.

SOUZA, Luciano Anderson de. Lei das contravenções penais – Arts. 18 a 23. In: SALVADOR NETO, Alamiro Velludo (coord.). *Comentários à lei das contravenções penais*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

STRATENWERTH, Günter. *Derecho penal. Parte general I: El Hecho punible*. Tradução de Manuel Cancio Meliá y Marcelo A. Sancinetti. 4ª edição. Buenos Aires: Hammurabi, 2017.

STRUENSEE, Eberhard. Os crimes de posse. Tradução de José Danilo Tavares Lobato. In: LOBATO, José Danilo Tavares, SAAD-DINIZ, Eduardo, FALCONE, Andrés (orgs.). *Delitos de posse: drogas, porte de armas e pornografia*. 1ª edição São Paulo: LiberArs, 2016.

TAVARES, Juarez. *Teorias do delito. Variações e tendências*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

TAVARES, Juarez. *Fundamentos de teoria do delito*. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.

TAVARES, Juarez. *Teoria dos crimes omissivos*. Madri: Marcial Pons, 2012.

TEROL GÓMEZ, Ramón. Los animales en el deporte. *Revista Aranzadi de Derecho de deporte y entretenimiento*. n. 6. Pamplona: Thomson Reuters, 2010.

TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios básicos de direito penal*. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Torcidas organizadas de futebol*. Campinas: Autores Associados/ANPOCS, 1996.

TOLEDO, Luiz Henrique de. Políticas da corporalidade: socialidade torcedora entre 1990-2010. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque, MELO, Victor Andrade de (coords.). *A torcida brasileira*. Rio de Janeiro: 7letras, 2012.

TONINI, Renato Neves. A arte perniciosa, a repressão aos capoeiras na República Velha. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro, 17/18, p. 487-508., anual. 2010.

TSOUKALA, Anastassia. Administrar a violência nos estádios da Europa: quais racionalidades? In: HOLLANDA, Borges Buarque de, REIS, Heloísa Helena Baldy dos (orgs.). *Hooliganismo e Copa de 2014*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

URRUELA MORA, Asier. Delitos contra el orden público I. Sedición. Atentados contra la autoridad, sus agentes y los funcionarios públicos, resistencia y desobediencia. Desórdenes públicos. Tenencia, tráfico y depósito de armas, municiones o explosivos. In: ROMEO CASABONA, Carlos Maria, SOLA RECHE, Esteban, BOLDOVA PASAMAR, Miguel Álgel (coords.). *Derecho penal. Parte especial. Conforme a las leyes orgánicas 1 y 2/2015, de 30 de marzo*. Granada: Editorial Comares S.L., 2016.

VARGAS, Angelo (coord). *Direito desportivo. Temas transversais*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017.

VIDOR, Elisabeth, REIS, Letícia Vidor de Sousa. *Capoeira. Uma herança cultural afro-brasileira*. 1ª edição. São Paulo: Selo Negro, 2013.

VIVES ANTÓN, Tomás Salvador. *Fundamentos del sistema penal. Acción significativa y derechos constitucionales*. 2ª edição. Valência: Tirant lo Blanch, 2011.

VON LISZT, Franz. *Tratado de direito penal alemão*. Tradução de José Hygino Duarte Pereira. Tomo I. Brasília: Edição Fac-sim, Coleção História do Direito Brasileiro, 2006.

VON LISZT, Franz. *O Brasil na legislação penal comparada. Direito criminal dos estados extra-europeus*. Tradução de João Vieira de Araujo e Clóvis Beviláqua. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

VON LISZT, Franz. La idea de fin en el Derecho penal *apud* MUÑOZ CONDE, Francisco. *La herencia de Franz von Liszt*. Del. Azcapotzalco, México, DF: Ubijus, Editorial, Série Direito Penal, 2011.

WALTER, Tonio, SCHWABENBAUER, Peter. Alegato en favor de un concepto “natural” de acción. In: SCHROEDER, Friedrich-Christian, ECKSTEIN, Ken, FALCONE, Andrés (coords.). *Delitos de posesión o tenencia. Estudios de derecho penal, partes general y especial, y de derecho procesal penal*. 1ª edição. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2016.

WELZEL, Hans. *O novo sistema jurídico-penal. Uma introdução à doutrina da ação finalista*. Tradução de Luiz Regis Prado. 3ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl, PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro: parte geral*. 7ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro: parte geral*. 12ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *La cuestión criminal*. 5ª edição. Buenos Aires: Planeta, 2013.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *El enemigo en el derecho penal*. Madri: Dykinson S.L., 2006.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Ensayo preliminar. In: FEUERBACH, Anselm von. *Tratado de derecho penal*. Tradução de Eugenio Raúl Zaffaroni e Irma Hagemeyer. Buenos Aires: Hamurabi, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Doctrina penal nazi. La dogmática penal alemana entre 1933 y 1945*. Buenos Aires: Ediar, 2017.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Tratado de derecho penal. Parte general*. Buenos Aires: Ediar, 2014, v.1.

ZANARDELLI, Giuseppe. Relazione *apud*, JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis. *Tratado de Derecho Penal: Tomo III. El delito*. 3ª edição. Buenos Aires: Editorial Losada, 1965.

Leis, decretos e projetos de lei

ARGENTINA. Lei n. 24.192 de 26 de março de 1993. Modifica a Lei 23.184 (Violência nos espetáculos esportivos). Disponível em: <[http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con2_uibd.nsf/1F9C40FE1BCE46CA052577F100675498/\\$FILE/Ley_24192.pdf](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con2_uibd.nsf/1F9C40FE1BCE46CA052577F100675498/$FILE/Ley_24192.pdf)>. Acesso em 23.05.2018.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 03.09.2018.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <[ww2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em: 03.09.2018.

BRASIL. Decreto n. 145, de 11 de julho de 1893. Autorisa o Governo a fundar uma colonia correccional no proprio nacional Fazenda da Boa Vista, existente na Parahyba do Sul, ou onde melhor lhe parecer, e dá outras providencias. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-145-11-julho-1893-540923-publicacaooriginal-42452-pl.html>>. Acesso em: 04.09.2018.

BRASIL. Decreto n. 14.529, de 9 de Dezembro de 1920. Dá novo regulamento ás casas de diversões e espectáculos públicos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14529-9-dezembro-1920-503076-republicacao-93791-pe.html>> Acesso em: 12.09.2018.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 10.12.2018.

BRASIL. Decreto-lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3688.htm>. Acesso em: 06.09.2018.

BRASIL. Lei n. 1.521, de 26 de dezembro de 1951. Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L1521.htm>. Acesso em: 12.06.2018.

BRASIL. Lei n. 6.416, de 24 de maio de 1977. Altera dispositivos do Código Penal (Decreto-lei número 2.848, de 7 de dezembro de 1940), do Código de Processo Penal (Decreto-lei número 3.689, de 3 de outubro de 1941), da Lei das Contravenções Penais

(Decreto-lei número 3.688, de 3 de outubro de 1941), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6416.htm>. Acesso em: 22.07.2018.

BRASIL. Lei n. 6.453, de 17 de outubro de 1977. Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6453.htm>.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14.05.2018.

BRASIL. Lei n. 9.615 de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm>. Acesso em 19.05.2018.

BRASIL. Projeto de Lei n. 7262/2002. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=36E1D80008776270E03C7116E6C947CB.proposicoesWebExterno2?codteor=100936&filename=PL+7262/2002>. Acesso em: 02.06.2018.

BRASIL. Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.671.htm>. Acesso em: 12.09.2018.

BRASIL. Lei n. 12.299, de 27 de julho de 2010. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12299.htm>. Acesso em: 02.06.2018.

BRASIL. Projeto de lei visando alterar a Lei n. 10.671/2010, oriundo do grupo de trabalho criado pela Portaria n. 1.195, de 26 de junho de 2008, do Ministério da Justiça, colhe as

seguintes finalidades: Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/639227.pdf>>. Acesso em: 02.06.2018.

BRASIL. Lei n. 13.155, de 04 de agosto de 2015. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva – LOTEX; altera as Leis n. 9.615, de 24 de março de 1998, n. 8.212, de 24 de julho de 1991, n. 10.671, de 15 de maio de 2003, n. 10.891, de 9 de julho de 2004, n. 11.345, de 14 de setembro de 2006, e n. 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis n. 3.688, de 3 de outubro de 1941, e n. 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória nº 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm#art40>. Acesso em 03.06.2018.

CHILE. Lei n. 18.287, de 7 de fevereiro de 1984. “Establece procedimiento ante los juzgados de policia local.” Disponível em:
<<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=29705>>. Acesso em: 17.09.2018.

CHILE. Lei n. 19.327 de 31 de agosto de 1994. Dispõe sobre Direitos e deveres nos espetáculos de futebol profissional. Disponível em:
<<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30694>>. Acesso em: 17.09.2018.

ESPANHA. Lei Orgânica n. 10, de 23 de novembro de 1995. Dispõe sobre o Código Penal. Disponível em: <<https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1995-25444>>. Acesso em: 07.03.2019.

ESPANHA. Lei n. 53 de 30 de dezembro de 2002. Dispõe sobre medidas fiscais, administrativas e de ordem social. Disponível em:
<<https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2002-25412>>. Acesso em: 23.05.2018.

ESPAÑA. Lei Orgânica n. 15, de 25 de novembro de 2003, que modifica a Lei Orgânica 10, de 23 de novembro de 1995, Código Penal. Disponível em: <<https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2003-21538>>. Acesso em: 15.09.2018.

ESPAÑA. Lei Orgânica n. 1, de 30 de março de 2015. Modifica a Lei Orgânica n. 10, de 23 de novembro de 1995, Código Penal. Disponível em: <<https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2015-3439>>. Acesso em 15.09.2018.

FRANÇA. Código Esportivo. Versão consolidada em 25.03.2019. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006071318&dateTexte=20190401>>. Acesso em: 01.04.2019.

ITÁLIA. Lei n. 401 de 13 de dezembro de 1989 – Dispõe sobre Intervenções no campo do jogo e apostas ilegais e proteção da justiça na condução de eventos esportivos. Disponível em: <<https://www.osservatoriosport.interno.gov.it/web/?uamfiletype=attachment&uamgetfile=https://www.osservatoriosport.interno.gov.it/web/wp-content/uploads/2017/09/legge-401-del-13-dicembre-1989.pdf>>. Acesso em: 29.05.2018.

PORTUGAL. Constituição da República Portuguesa. Aprovada e decretada em 2 de abril de 1976. Disponível em: <<https://dre.pt/constituicao-da-republica-portuguesa>>. Acesso em 02.06.2018.

PORTUGAL. Lei n. 16, de 11 de maio de 2004. Aprova medidas preventivas e punitivas a adotar em caso de manifestação de violência associadas ao desporto. Disponível em: <<https://dre.pt/pesquisa/-/search/264360/details/maximized>>. Acesso em 23.05.2018.

REINO UNIDO. *Football Spectators Act*, de 19 de novembro de 1989. Disponível em: <<https://www.legislation.gov.uk/ukpga/1989/37>>. Acesso em 16.02.2019.

REINO UNIDO. *Football (Offences) Act*, de 27 de junho de 1991. Disponível em: <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1991/19/pdfs/ukpga_19910019_en.pdf>. Acesso em 16.02.2019.

REINO UNIDO. *Football (Offences and Disorder) Act*, de 1999. <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1999/21/pdfs/ukpga_19990021_en.pdf>. Acesso em 16.02.2019.

REINO UNIDO. *Football (Disorder) Act 2000* de 28 de julho de 2000. <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2000/25/pdfs/ukpga_20000025_en.pdf>. Acesso em 16.02.2019.

REINO UNIDO. *Offensive Behaviour at Football and Threatening Communications (Scotland) Act*, de 19 de janeiro de 2012. <[http://www.parliament.scot/S5_Bills/Offensive%20Behaviour%20at%20Football%20and%20Threatening%20Communications%20\(Repeal\)%20\(Scotland\)%20Bill/SPBill19PMS052017.pdf](http://www.parliament.scot/S5_Bills/Offensive%20Behaviour%20at%20Football%20and%20Threatening%20Communications%20(Repeal)%20(Scotland)%20Bill/SPBill19PMS052017.pdf)>. Acesso em 16.02.2019.

URUGUAI. Lei n. 16.359 de 20 de abril de 1993. Dispõe sobre Violência nos cenários esportivos. Disponível em: <<https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp9042105.htm>>. Acesso em: 30.05.2018.

URUGUAI. Lei n. 16.707, de 19 de julho de 1995. Lei de Segurança Cidadã. Disponível em: <<https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp7081111.htm>>. Acesso em: 19.09.2018.

URUGUAI. Código Penal. Disponível em: <http://www.wipo.int/wipolex/es/text.jsp?file_id=196342#LinkTarget_276> Acesso em 19.09.2018.